

# REVOLUÇÃO POPULAR

**Órgão do Comité Marxista-Léninista Português**

**OUTUBRO 1964 - Nº 1**

## SUMARIO

- EDITORIAL
- OS COMUNISTAS PORTUGUESES PERANTE NOVAS TAREFAS TEÓRICAS E PRÁTICAS
- O ABANDONO DA ALIANÇA OPERÁRIA-CAMPONESA
- O REFORÇAMENTO DO MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL
- COMO SURTIU " A PASSAGEM PACÍFICA AO SOCIALISMO "

**NO PRÓXIMO NÚMERO (entre outros) ;**

- RUMO INCERTO (observações ao informe de Alvaro Cunhal ao C.C. do P.C.P. em Abril de 1964)
- A QUESTÃO JUGOSLAVA (elementos para um dossier)
- OS AGRUPAMENTOS ANTI-SALAZARISTAS EM FACE DA REVOLUÇÃO
- ACÇÃO VIOLENTA E LUTA DE MASSAS

## EDITORIAL

Com o início das revoluções de libertação nas colónias portuguesas em 1961 e com o grande movimento popular de 1961-1962 criaram-se em Portugal condições objectivas para que o movimento revolucionário avançasse audaciosamente na preparação da insurreição e no caminho da conquista do poder. Contudo, isso não sucedeu e o nosso movimento atravessa uma profunda crise política e ideológica.

Para nós, é uma conclusão clara que isto é o resultado das concepções oportunistas e revisionistas que dominam actualmente o movimento revolucionário português.

No segundo ponto da nossa Declaração, publicada em Abril passado, escrevemos : « O movimento revolucionário português não poderá triunfar na insurreição anti-fascista nem abordar as tarefas da revolução democrática-popular se não souber unir as forças do proletariado da cidade e do campo, do campesinato pobre, dos estudantes, da pequena burguesia urbana, numa larga frente nacional anti-fascista de combate. Mas ele não alcançará esse objectivo se não se emancipar definitivamente da tutela ideológica e política do movimento burguês radical, se não agir com independência total no estudo das leis científicas da revolução e na condução das massas populares à insurreição, se não for inteiramente fiel aos interesses revolucionários de classe do proletariado e do campesinato. »

Quanto a nós, essa é a grande lição que devemos extrair da experiência de luta revolucionária em Portugal no último meio século. A corrente oportunista que tem dominado o Partido Comunista Português e que, sobretudo nos últimos 20 anos, sob a direcção de Alvaro Cunhal, pôde aplicar consequentemente os seus pontos de vista, mostrou já para onde pode conduzir o proletariado português. O movimento de 1961-1962 foi o primeiro anúncio da falência da linha imposta nos últimos vinte anos ao movimento revolucionário em Portugal; ela tornou claro que caminharíamos para uma derrota inevitável se insistíssemos em abandonar o estudo da luta de classes na nossa sociedade a troco dum vago e primitivo « anti-salazarismo »; se continuássemos a rejeitar uma meta e um programa revolucionário precisos a troco dos objectivos limitados do dia a dia e a abandonar a aliança operária-camponesa a troco da Unidade operária-burguesa; se insistíssemos ainda em abandonar as formas superiores da luta revolucionária a troco das reivindicações parciais. Durante muitos anos, o carácter oportunista e pequeno-burguês desta linha não estava claro para os militantes comunistas porque a classe operária não acumulara ainda experiências suficientes para se emancipar da tutela ideológica burguesa. Mas na época actual, a insistência na linha radical-burguesa da Unidade não tem já justificação. Ela foi já rejeitada pela História, e os acontecimentos dos últimos anos estão-o tornando cada vez mais claro.

..

Ao mesmo tempo que os progressos do movimento revolucionário português obrigavam os militantes a reflectir sobre as experiências acumuladas e a refazer muitas das suas concepções, a marcha do movimento revolucionário mundial trouxe-nos lições dum alcance histórico. O progresso incessante da luta dos povos contra o imperialismo permitiu aos marxistas-leninistas tomarem consciência da natureza das teses do revisionismo moderno que tinham vindo pouco a pouco a introduzir-se nas suas fileiras.

Levantando a bandeira da defesa do marxismo-leninismo contra o revisionismo dos dirigentes do PCUS, o Partido Comunista da China despertou a vigilância de todos os marxistas-leninistas, contribuiu para reavivar a sua confiança nos princípios e a sua fidelidade às massas exploradas.

Em Portugal, como em todos os países do mundo, é preciso travar um combate de princípios contra o revisionismo moderno. Como escrevemos na nossa Declaração, « o revisionismo moderno, pretextando as novas condições históricas, põe em causa as leis científicas da luta de classes e da revolução, abandona as teses fundamentais do marxismo-leninismo substituindo-lhes grosseiras falsificações, como a « passagem pacífica ao socialismo » e a elevação da política de coexistência pacífica ao plano de linha geral do movimento comunista. Em cerca de uma década de expansão, o revisionismo moderno causou já enormes prejuízos ao movimento revolucionário mundial, mina a força e a unidade do campo socialista, ameaça de cisão o movimento comunista mundial. »

A linha seguida pelos dirigentes do Partido Comunista Português mostra bem a unidade de interesses e de concepções dos revisionistas e oportunistas. Enquanto que o revisionismo no plano internacional se caracteriza pelo enfraquecimento das posições perante o imperialismo, pelo afrouxamento da ditadura do proletariado, pelo apoio inseguro aos movi-

mentos de libertação anti-imperialistas, pela oposição dos « bons exemplos pacíficos » às bestialidades do imperialismo, no plano nacional caracteriza-se pela procura duma plataforma de unidade ideológica com a burguesia, pelo abandono do objectivo da conquista do poder, pela política de conciliação das classes, de que a « Frente Patriótica » é a melhor expressão.

..

Na época actual, não é possível estudar o marxismo-leninismo e desenvolver o movimento revolucionário do proletariado português sem lutar abertamente e irreconciliavelmente contra o oportunismo e o revisionismo, no plano nacional e internacional. Muitos militantes que ainda não compreenderam a importância real da teoria no movimento revolucionário, crêem que esta posição enfraquece as forças revolucionárias e fortalece a grande burguesia e o imperialismo. Alguns tomar-nos-ão mesmo por « anti-comunistas ».

Insistiremos apesar disso na investigação da luta de classes em Portugal, das leis do nosso movimento revolucionário na caracterização da ditadura fascista, na crítica abertas às concepções erradas que os anos acumularam e que são apresentadas oficialmente como a ideologia do proletariado revolucionário. As calúnias e insultos do mais baixo nível que os dirigentes do Partido Comunista lançam contra nós responderemos com o esforço para elaborar uma linha verdadeiramente revolucionária; como já dissemos, este modo de ataque não representa senão uma incapacidade ideológica de resposta aos nossos argumentos.

..

Os marxistas-leninistas sabem que se impõe um reagrupamento em torno dum programa revolucionário. A criação duma verdadeira frente nacional anti-fascista, a condução das massas populares à insurreição, a realização da revolução democrática e da revolução socialista, só podem ser realizadas por um partido comunista autêntico, fiel aos princípios marxistas-leninistas.

Para a realização deste reagrupamento é imprescindível a discussão da situação nacional e da consequente linha marxista-leninista a aplicar. É necessária a definição clara do processo revolucionário e do papel das diferentes classes nas diferentes etapas. É necessária uma análise das diversas forças políticas em presença. Um conhecimento de quais são as forças revolucionárias, as intermédias e as inimigas. Uma política de alianças correcta. Uma política de unidade do proletariado com as restantes classes exploradas muito especialmente com o campesinato. É necessária, em última análise, uma definição da natureza da revolução.

É indispensável também uma crítica implacável e exaustiva ao revisionismo e oportunismo, quer nacionais ou internacionais, se por um lado quisermos arrancar e destruir todos os erros e vícios contra-revolucionários, e por outro, quisermos cumprir os nossos deveres em face do internacionalismo proletário.

Pensamos que esta discussão, esta crítica e a difusão do marxismo-leninismo são o primeiro passo para um reagrupamento dos comunistas portugueses, única forma de reconstituição dum verdadeiro partido comunista português.

É esta a finalidade da presente publicação.

# OS COMUNISTAS PORTUGUESES

## PERANTE NOVAS TAREFAS TEÓRICAS E PRÁTICAS

O movimento comunista português vem sendo dominado desde há dois anos por um debate que tende a tornar-se cada vez mais apaixonado, em torno dos princípios e da tática: a linha da unidade nacional anti-fascista, as formas de luta para conduzir o povo à insurreição, o carácter da revolução portuguesa na sua etapa actual, as grandes questões em debate no movimento comunista — todos estes problemas vão sendo sucessivamente lançados na discussão.

Para camaradas estrangeiros, com um conhecimento insuficiente da situação portuguesa, e a quem impressiona a duração anormal da ditadura de Salazar (que recentemente completou 38 anos) e a relativa estagnação política em Portugal, as discussões entre os comunistas portugueses sobre a luta armada e a revolução são por vezes consideradas com certa condescendência como uma transplantação artificial do debate em curso no movimento comunista internacional, como uma indicação da imaturidade do movimento revolucionário português. Ora esta discussão tem raízes profundas e antecede o conhecimento das divergências no movimento comunista, que se fez muito tarde, dado o isolamento político português. A confusão, a insatisfação e a febre polémica que alastram sem cessar entre os militantes comunistas portugueses resultam da aproximação duma crise revolucionária profunda em Portugal, crise cujos contornos se vêem desenhando com nitidez crescente.

Na realidade, o ano de 1961, com o começo das guerras revolucionárias de libertação dos povos das colónias portuguesas, assinalou a passagem a uma fase nova de luta anti-fascista em Portugal; o movimento popular, que após as grandes acções de massas em torno da eleição presidencial de 1958, vinha progredindo lentamente, deu um brusco salto em frente; de Outubro de 1961 a Maio de 1962, sucedem-se quase sem interrupção as grandes manifestações políticas nas principais cidades do país, a acção armada de Beja, a grande greve dos operários rurais do Sul, a greve e as manifestações dos estudantes; centenas de milhares de trabalhadores são subitamente despertados para a luta política activa e o país é varrido por uma grande onda de cólera, sob as reivindicações revolucionárias de Pão, Paz e Liberdade.

### A CRISE DA DITADURA BURGUESA

Sob a acção combinada dos super-lucros coloniais e da penetração imperialista, a economia portuguesa, extremamente retardatária, foi submetida a um processo de concentração elevado, que fez passar o capital das sociedades anónimas de 1,5 biliões de escudos em 1939, para 15 biliões em 1961; actualmente, 200 sociedades anónimas possuem 3/4 do capital de todas as sociedades e dominam todos os ramos importantes da economia nacional e da exploração colonial, sendo administradas directamente pelo capital imperialista (minas, transportes, comunicações) ou pelos quatro grupos financeiros

dominantes (CUF-Champalimaud, Banco Espírito Santo, Banco Ultramarino, Delfim Ferreira), dependentes, eles também, do capital imperialista. A classe operária, que há 40 anos se caracterizava pelo nível artesanal e pela ideologia anarco-sindicalista, ganhou consciência revolucionária e está fortemente concentrada (as regiões industriais de Lisboa e Porto concentram meio milhão de operários, numa população de dois milhões e meio de habitantes). O nível muito baixo dos salários e a inexistência de uma aristocracia operária significativa fazem das cinturas proletárias de Lisboa e do Porto um dos anéis mais fracos da estrutura capitalista actual. A penetração do capitalismo nos campos varreu a velha estrutura semi-feudal e deu lugar a um nível de concentração que é talvez o mais alto da Europa. Seis mil latifundiários e proprietários ricos apossaram-se de cerca de metade das terras cultiváveis, lançando centenas de milhares de camponeses arruinados no proletariado ou na emigração, de tal modo que, em vastas regiões, 80 a 90 % da população activa na agricultura é constituída por operários agrícolas. Foi assim que a concentração capitalista, favorecida pela ditadura, colocou frente a frente um punhado de cem famílias milionárias, ligadas ao imperialismo, e a esmagadora maioria da população proletária e semi-proletária (8 milhões num total de 9 milhões de habitantes), sujeita, na sua maior parte, a uma vida miserável. E sobre esta estrutura oscilante, que representa na realidade o elo mais fraco da cadeia capitalista europeia, que as insurreições dos povos das colónias estão desfechando há já 3 anos golpes demolidores, ao cavarem as divisões entre os grupos da burguesia, ao arrastarem-na para uma guerra ruinosa, ao indicarem com força irresistível às massas oprimidas portuguesas o caminho da insurreição armada. Isto permite compreender todo o significado do movimento de 1961-1962.

Os comunistas e todos os revolucionários, instruídos por este grande movimento popular, procuram extrair dele todas as lições possíveis, corrigir os seus erros e armar-se para a nova onda revolucionária que se aproxima; eles compreendem agora melhor que a luta pelo derrubamento da ditadura de Salazar é uma luta de classes complexa, impiedosa, esasperada, que só pode ser resolvida pela revolução, pela maior batalha de classes dos tempos modernos em Portugal. Por isso, o praticismo acanhado que dominou o movimento revolucionário durante dezenas de anos funde-se agora ao calor duma crítica que toma todos os temas sem excepção, rejeita mitos venerados desde há 20 anos, procura ardentemente unir a teoria marxista com a prática da luta anti-fascista.

### A GRANDE ALTERNATIVA

O problema do carácter da revolução antifascista, durante longos anos desprezado pelos comunistas como meramente teórico e abstracto, tem vindo nos últimos tempos a transformar-se em questão de enorme interesse prático, em torno da qual se definem duas posições antagónicas. É ou não a revo-

lução portuguesa, na sua etapa actual, uma revolução democrático-popular? É ou não obrigatória a instauração do poder popular para que se tornem possíveis as transformações revolucionárias reclamadas pelo povo? Quer dizer, no fim de contas : deve a revolução ser conduzida sob direcção do proletariado e das massas populares, sob a direcção da burguesia nacional, ou ainda sob a direcção conjunta do proletariado e da burguesia nacional?

A posição tradicional do oportunismo a este respeito, que consistia em furtar-se ao problema incómodo da revolução e em não ir além da perspectiva do derrubamento da ditadura e da instauração dum governo democrático de unidade nacional, entrou em crise nos últimos tempos, sob a pressão dos acontecimentos. A corrente oportunista foi forçada a sair do terreno nebuloso em que se mantinha voluntariamente e elaborou a tese da revolução « democrática e nacional ». Em que consiste a revolução « democrática e nacional »? Ela seria a revolução dirigida contra a grande burguesia e o imperialismo, e tendo como tarefas principais a instauração dum regime democrático, a nacionalização dos monopólios, a reforma agrária, a reconhecimento da independência das colónias, a libertação do domínio imperialista.

Todas estas reivindicações são, sem dúvida, correctas e esta posição seria bastante positiva, se os oportunistas não « esquecessem » o problema do poder, precisamente o problema fundamental de toda a revolução. Com efeito, ainda que aludindo formalmente (e do modo mais discreto) à tese da hegemonia do proletariado na revolução, eles escamoteiam toda a referência ao armamento dos trabalhadores no decurso da insurreição antifascista, não encaram a criação de órgãos do poder popular como base para levar a cabo a revolução, abandonam aos liberais burgueses a mobilização das massas do campesinato pobre, repudiam terminantemente a designação de revolução democrático-popular como « esquerdista » e tendente a dividir as forças antifascistas, propagam, finalmente, a ideia de que as transformações revolucionárias serão realizadas pela colaboração entre o proletariado e a burguesia, para o que aceitam, desde já, a necessidade de elaborar « um programa comum de construção da democracia » e popularizam a sua palavra de ordem : « unidos para hoje e para amanhã ».

O oportunismo transforma, assim, os objectivos revolucionários em reivindicações inofensivas para a burguesia e que poderão vir a ser utilizadas por esta para quebrar o ímpeto revolucionário do povo trabalhador com um programa qualquer de « reformas de estrutura » (mais : que estão sendo já utilizadas com esse fim ; o programa comum das forças antifascistas formula quase literalmente as reivindicações « revolucionárias » do oportunismo).

**A revolução portuguesa é, na actual etapa, uma revolução democrático-popular** (como, aliás, já foi enunciado pelo Partido Comunista Português, em 1954, numa época em que o oportunismo não encontrava terreno favorável entre nós) **porque as tarefas que se lhe colocam só podem ser realizadas através da instauração dum poder popular amplamente democrático que destrua, até aos alicerces, o poder da grande burguesia financeira e latifundiária, que expulse o imperialismo e abra o caminho à revolução socialista.** Os ensinamentos do leninismo, as preciosas lições de uma luta prolongada contra o fascismo, a experiência viva do movimento revolucionário mundial, desde o fim da guerra, não deixam dúvidas a este respeito. A hipótese do derrubamento da grande burguesia

e da expulsão do imperialismo serem realizados em Portugal sob a direcção burguesa não merece sequer ser considerada com seriedade, e ninguém que se pretenda revolucionário se atreve a defendê-la abertamente. Todas as condições específicas de Portugal fazem da burguesia liberal e radical uma força intermédia, arrastada, não na via revolucionária, mas na via dum reajustamento na ordem burguesa existente, da negociação de um compromisso com a grande burguesia e o imperialismo, que permita sair da crise actual sem deixar que o poder « caia na rua », como dizem os chefes liberais. E a expansão da ideologia radical burguesa no seio de largos sectores do campesinato e mesmo do proletariado e do semi-proletariado, mostra que a burguesia pode vir a encontrar, efectivamente, a saída de compromisso que procura, e a obter a colaboração de largas massas populares, iludidas, numa recomposição liberal do Estado burguês, que só servirá, no fim de contas, a grande burguesia e o imperialismo. É esse, justamente, o conteúdo do trabalho actual dos grupos liberais.

Como reagem os oportunistas e esta séria ameaça que pesa sobre o movimento revolucionário português? Sentem eles com maior agudeza a necessidade de desenvolver a plena autonomia política e ideológica do proletariado, dos camponeses pobres e das massas populares, de modo a neutralizar a burguesia? Encaram eles a necessidade de ultrapassar vitoriosamente todas as etapas intermédias que se apresentem e levar o movimento ao seu desenvolvimento superior, ao termo da revolução democrático-popular? De modo nenhum ; eles deitam mão, aliviados, a esta perspectiva de uma saída burguesa « inevitável » que lhes permite descarregar dos ombros a pesada responsabilidade da condução do movimento revolucionário e adiam, assim, as tarefas revolucionárias para um futuro indeterminado. A tese da revolução « democrática e nacional », a realizar pela aliança proletário-burguesa, foi precisamente a etiqueta « teórica » encontrada pelos oportunistas para consagrar esta política de efectiva entrega da hegemonia à burguesia.

Como vemos, o debate entre defensores da revolução « democrática e nacional » e defensores da revolução democrático-popular materializa, hoje em dia, a grande alternativa que se coloca perante os comunistas portugueses (como perante os de tantos outros países) : deve o Partido do proletariado furtar-se à definição da sua linha e pôr-se a reboque da burguesia (enquanto fala solenemente da « hegemonia do proletariado »), ou deve ele constituir-se, como lhe compete, em estado maior da revolução, e pôr-se à cabeça das massas populares, não para as utilizar só como « força de choque da luta antifascista » (a expressão, lançada em 1956 pelos dirigentes oportunistas declarados, é extremamente significativa), mas para libertar inteiramente a sua iniciativa política independente e as levar a tomar audaciosamente a direcção dos acontecimentos revolucionários?

A formulação científica do carácter da revolução reveste também uma grande importância prática imediata, porque é dela que depende a determinação da justa linha para a frente nacional antifascista. Esta questão, que vem sendo debatida desde há cerca de 20 anos nas fileiras comunistas sem nunca ter sido satisfatoriamente resolvida, e dando lugar a sucessivas guinadas tácticas direitistas e sectárias, só pode ser compreendida dentro da perspectiva da hegemonia revolucionária do proletariado ; é por não ter essa perspectiva que a corrente oportunista eleva a unidade política e ideológica do proletariado com a burguesia, em todas as etapas do movimento,

ao plano de princípio absoluto, se desinteressa do estudo da luta de classes e do carácter da revolução, subestima o movimento camponês, entregando-o à efectiva direcção da burguesia radical, permite que o pacifismo e o reformismo contaminem o proletariado, etc.

De todas as vezes que, no passado, o movimento popular se emancipou da tutela burguesa e tomou uma envergadura revolucionária (1944-1947, 1958-1959, 1961-1962), a corrente « unitária » multiplica as suas exigências para um acordo estreito com a burguesia, recusa-se a abrir perspectivas insurreccionais, semeia a hesitação e a falta de confiança na capacidade revolucionária das massas. Pôr o movimento revolucionário popular ao serviço do movimento burguês — tal é afinal a missão histórica objectiva da linha da « unidade », por muito bem intencionados que sejam os seus defensores.

A perspectiva da revolução democrático-popular permite, finalmente, aos comunistas libertarem-se da oscilação permanente entre oportunismo e sectarismo e aprenderem a conduzir o movimento democrático nacional, apoiando-se sempre no movimento revolucionário do proletariado como a sua força determinante em todas as etapas.

Mas a luta contra o oportunismo não reveste só exigências teóricas; ela coloca também aos comunistas as mais duras exigências na acção prática.

## **A INSURREIÇÃO ANTIFASCISTA NA ORDEM DO DIA**

Ao fim de 38 anos duma ditadura que despojou os trabalhadores e o povo de todos os meios de defesa e de organização, (as eleições são uma fantochada ignóbil, não há partidos legais, nem liberdade de imprensa ou de reunião, nem sindicatos livres, nem direito à greve, a polícia política é onipotente, etc.), quando se vive, além de tudo o mais, nas condições de uma crise nacional geral, qualquer partido político que propusesse outra via para a libertação que não fosse a da insurreição armada, não seria tomado a sério e ditaria a sua morte política.

Em Portugal a inevitabilidade da insurreição armada tornou-se especialmente clara para o povo, porque o movimento democrático nacional tem a particularidade pouco comum de, sob uma brutal ditadura fascista, ter feito, nos últimos 30 anos uma utilização minuciosa, exaustiva, extremamente instrutiva, de todas as formas de luta legal e pacífica (concorrência às eleições-burla, trabalho nos sindicatos fascistas e nas associações controladas pela polícia, campanhas massivas de petições e abaixo-assinados, manifestações pacíficas), o que permitiu chamar à luta política e radicalizar vastas massas populares inicialmente iludidas quanto ao « paternalismo » demagógico de Salazar e alinhar pouco a pouco as forças revolucionárias em face das forças reacçãoárias. A partir de 1958, o grande movimento popular em torno das eleições presidenciais, assinalado por tempestuosas manifestações de centenas de milhares de pessoas e (pela primeira vez em 30 anos) pela greve política, fez com que a insurreição armada contra a ditadura começasse a sair do terreno da simples palavra de ordem de propaganda, e se tornasse uma palavra de ordem de agitação e mobilização das massas. Os acontecimentos de 1961-1962 acentuaram mais ainda esta evolução e vieram colocar a preparação da insurreição na ordem do dia. Este facto permite compreender a razão pela qual actualmente todos os grupos falam de insurreição e a linha ultra-oportunista do « afastamento pacífico de Salazar » caiu no ridículo e teve que ser rejeitada

a partir de 1960; esta foi uma primeira vitória do movimento popular.

Falando, no entanto, de « levantamento nacional armado », os dirigentes oportunistas procuram ao mesmo tempo iludir as suas obrigações para com o Partido e as massas. Condenam como sendo « terrorismo » qualquer acção violenta das massas, acentuam a necessidade de organizar « milhares de comissões legais e milhares de comités ilegais », espalham a ideia de que não é possível fazer face ao aparelho de repressão fascista e colocam todas as suas esperanças na criação de um comando supremo militar-civil das forças antifascistas.

## **A RECUSA DA EVIDÊNCIA**

Esta linha, deve dizer-se, alcançou, finalmente, a « unidade da oposição » tão desejada pelos dirigentes oportunistas: uma « Junta Revolucionária », presidida pelo general Delgado reúne, em Alger, os principais grupos políticos, desde o Partido Comunista até aos republicanos moderados. Foi esta a grande vitória do secretário geral do Partido, Alvaro Cunhal.

Contudo, esta « unidade de todos os portugueses honestos », assente em acordos sem princípios, revela-se bem menos idílica do que sonhava Cunhal. Os interesses irreconciliáveis de classe manifestam-se à luz do dia, e trava-se luta encarniçada entre os republicanos moderados (cada vez mais decididos a apoiar a recomposição do poder burguês) e os socialistas e radicais da pequena burguesia, que tentam empurrar para o primeiro plano a seu chefe, o general Delgado, abandonado pelos seus antigos protectores pelo seu aventureirismo e falta de capacidade. Divididos entre as duas tendências, os dirigentes oportunistas inclinam-se cada vez mais abertamente para o lado dos republicanos moderados e esforçam-se por neutralizar Delgado e os radicais.

Esta « Frente Patriótica » burguesa e oportunista, em lugar da intensificação das acções populares, prometida por Cunhal, trouxe a estagnação, o atentismo, a corrupção e a preparação dos espíritos para aceitar o « golpe de Estado », quando a burguesia julgar chegado o momento. É este, de resto, o verdadeiro conteúdo da linha geral de Unidade, pregada desde há 20 anos pelos dirigentes oportunistas.

Uma linha que reúne retalhos deturpados do leninismo e que não se esforça por compreender as leis do movimento revolucionário em Portugal não pode de forma alguma conduzir o proletariado e as massas à insurreição. Precisamente uma das características mais evidentes do nosso movimento é que, em Portugal, a insurreição antifascista (falamos de insurreição e não de qualquer golpe militar da burguesia, apoiado pelas massas) tomará inevitavelmente a forma de uma prova de força prolongada, extremamente encarniçada, entre as forças reacçãoárias e as forças revolucionárias.

Isto é hoje uma verdade indiscutível para os revolucionários portugueses, que constatarem como 38 anos seguidos de ditadura, sem nunca se ter travado nenhuma confrontação séria entre o campo da revolução e o campo da reacção, criaram exigências muito pesadas para o desencadeamento da insurreição. O governo de Salazar dispõe hoje dum aparelho repressivo desenvolvido e eficiente que tem a vantagem de estar profundamente implantado entre a população, capaz, portanto, de intervir antes que as acções parciais de massas possam tomar a

envergadura de amplos movimentos; consciente da sua estreita base social e da acumulação de factores revolucionários no país, o regime concentra os seus esforços no sentido de se furtar às grandes confrontações de força, tornou-se mestre na arte da vigilância, da prisão « preventiva », da intimidação em massa.

Resulta daqui uma desorganização profunda e permanente do movimento popular que, duma forma talvez mais marcada do que noutros países, atravessa longas pausas para avançar depois por saltos bruscos, quando, à custa duma pesada concentração de esforços, consegue romper a pressão do aparelho policial. O nosso movimento veio, assim, penosamente, duma forma incrivelmente lenta, vencendo as etapas intermédias no caminho da insurreição, veio fazendo a sua instrução revolucionária em 25 anos de « eleições », de acção sindical, de petições, de greves, de manifestações, continuamente desorganizado pela polícia e continuamente retomado. E, à medida que ele se vem acercando da insurreição, torna-se perfeitamente claro que as massas populares não podem, de forma alguma, abordar as tarefas superiores da luta armada se não dispuserem dum instrumento político e militar adequado, se não dispuserem dum aparelho ofensivo popular, capaz de fazer frente ao aparelho repressivo fascista e de o desarticular, dando livre curso à insurreição das massas.

Recusando-se a encarar esta evidência (porque encará-la significaria abandonar a dependência do movimento burguês e tomar a iniciativa revolucionária), os oportunistas agarram-se desesperadamente às acções parciais de massas e à formação duma organização patriótica no seio do Exército. Sem dúvida, a necessidade de conduzir as mais variadas acções de massas, com o aproveitamento de quaisquer possibilidades legais, como as de umas futuras « eleições », é um princípio indiscutível; a necessidade de criar uma séria organização no Exército é outro princípio indiscutível; mas estes princípios só ganham significado revolucionário se enquadrados naquilo que constitui a tarefa política principal do movimento revolucionário português na fase actual: a criação dum corpo popular armado e o desencadeamento de acções parciais armadas, como condição para abrir o caminho à insurreição.

## A NATUREZA DO OPORTUNISMO

Quando, em 1961-1962, a vanguarda proletária nas ruas reclamava armas para se bater contra o inimigo, quando os operários se manifestaram armados de facas, ferramentas, pedras, quando dezenas de militantes comunistas pegaram em armas à ordem de dirigentes burgueses na acção de Beja, eles exprimiam a exigência das massas de que se recuperasse rapidamente o atraso existente, de que se tomassem as medidas correspondentes à nova etapa de luta, de que se criasse uma organização combatente, sob pena de todas as frases acerca da insurreição não passarem de frases. Mas não só os dirigentes oportunistas não responderam a esse apelo, como continuam a escusar-se com os pretextos mais variados.

A que se deve esta incapacidade do oportunismo para compreender as exigências actuais do nosso movimento revolucionário? Será uma mera questão de assimilação deturpada do leninismo, uma mera questão de burocratização de alguns dirigentes? Os comunistas desarmar-se-iam para compreender a discussão actual em torno da via para a insurreição, se a reduzissem a essas proporções. Que os oportunistas desconheçam os ensinamentos leninistas

sobre a combinação das formas de luta pacíficas e violentas no processo revolucionário; que eles tenham os olhos fechados para as particularidades do movimento revolucionário nacional; que eles prossigam a sua campanha contra o « terrorismo », isolando-se de largos sectores da vanguarda proletária e lançando o movimento na confusão e no imobilismo; que eles esteíem sem cessar os seus laços e os seus compromissos com a burguesia liberal e lhe facultem uma preponderância crescente no movimento — nada disto acontece por acaso. Para eles, a insurreição não é um processo revolucionário de massas que deverá levantar as camadas mais profundas do povo, mas sim um levantamento militar-civil que eclodirá numa data determinada; para eles o levantamento não é uma questão de competência das massas oprimidas mas uma questão a decidir pelo comando supremo antifascista e pela organização militar; eles afinal não vêm à sua frente o objectivo do desencadeamento pleno da iniciativa revolucionária das massas populares, varrendo toda a ordem social fascista e instaurando um poder popular, mas vêm apenas a colaboração das massas numa recomposição liberal do Estado burguês. O oportunismo confirma-se, assim, também na questão da insurreição antifascista como a expressão dos interesses do movimento burguês no seio das forças revolucionárias.

## SOB A DIRECÇÃO DOS REVISIONISTAS MODERNOS

Se a marcha do movimento antifascista em Portugal tem vindo a obrigar inexoravelmente os oportunistas a revelarem as suas verdadeiras posições quanto à insurreição e à revolução, por sua vez, o debate aberto nos últimos anos no movimento comunista internacional contra o revisionismo completou esse trabalho de delimitação dos campos, obrigando a corrente oportunista portuguesa a abandonar as posições dúbias em que se defendia e a alinhar declaradamente no campo revisionista.

A primeira grande onda do revisionismo moderno assaltou o movimento revolucionário português no período de 1956-1959. Nessa altura, as tendências revisionistas que se mantinham em estado latente no Partido lançaram-se com entusiasmo sobre as « teses criadoras » da coexistência pacífica, da passagem pacífica ao socialismo, do combate ao « culto da personalidade » e da unidade com os social-democratas e forjaram com elas uma linha revisionista completa, adaptada à situação portuguesa: foi a época do « afastamento pacífico de Salazar », em que se pôs como meta aos comunistas e às massas populares desagregar o poder fascista e servir de força auxiliar da burguesia; foi a época da luta contra o « culto da personalidade » no interior do Partido, em que, a pretexto o real dogmatismo e sectarismo existentes, se implantou o liberalismo, ameaçando gravemente a unidade interna do Partido; foi a época em que o Partido deixou passar oportunidades da luta revolucionária e começou a desligar-se perigosamente da vanguarda proletária. O caso português teve, assim, a particularidade de a « nova linha » ter podido dar todas as suas provas num curto prazo, mostrando a sua natureza real. A marcha do movimento popular varreu esta primeira ofensiva revisionista: a linha da « solução pacífica » e as inovações « democráticas » no interior do Partido foram rejeitadas desde 1960 pela direcção do Partido como oportunistas (o que, diga-se de passagem, provocou vivo desagrado nos meios revisionistas europeus, que passaram a olhar com desconfiança o

Partido Comunista Português) e os comunistas lançaram-se a corrigir os prejuízos causados pelo oportunismo.

Mas o facto de o oportunismo ter triunfado de uma forma tão escandalosa e quase sem encontrar resistência, revelava que o Partido não estava efectivamente apetrechado com uma linha marxista-leninista, e impunha que se fizesse uma profunda crítica de princípios às teses revisionistas, único procedimento que permitiria basear com rigor científico as tarefas do Partido e do movimento revolucionário português. Esse trabalho não foi feito; e assim a corrente oportunista, encorajada pelo avanço do revisionismo à escala internacional, ainda que forçada a rejeitar as manifestações mais grosseiras de oportunismo que estavam já desacreditadas, desinteressou-se dos graves problemas teóricos em aberto no movimento revolucionário português e no movimento comunista internacional, e considerou como liquidade e desvio oportunista. O resultado, como era de esperar, foi o desencadeamento a curto prazo duma segunda ofensiva revisionista, mais virulenta ainda do que a anterior, e dirigida, desta vez especialmente contra o internacionalismo proletário.

Depois dos acontecimentos de Outubro de 1962, os oportunistas (que já haviam atacado publicamente os camarades albaneses) integraram-se abertamente na grande campanha do revisionismo moderno. Assim, eles lançam ataques indignos sobre o Partido Comunista da China, a quem acusam de « querer facilitar o triunfo do socialismo por meio da guerra termo-nuclear »; reabilitam o revisionismo de Tito, com quem resolvem estabelecer relações fraternas (1); insistem na justeza das teses revisionistas, como a « passagem pacífica », apesar da elucidativa experiência portuguesa; decretam que agora é o « dogmatismo » e não já o revisionismo o principal perigo no movimento comunista (isto enquanto juram com a maior seriedade a sua fidelidade às Declarações comuns de 1957 e 1960, que subscreveram) e procuram facilitar o triunfo do revisionismo à escala internacional, reclamando que os partidos marxistas-leninistas se submetam à « disciplina ».

Como era de esperar, esta ofensiva sem precedentes do revisionismo em Portugal está causando dificuldades cada vez mais graves ao movimento comunista e à luta antifascista, lança a confusão e a desmoralização nas fileiras dos combatentes e tende a amortecer a sua combatividade. Mas, tal como em 1956-1959, desenha-se já nas fileiras comunistas uma reacção vigorosa contra o revisionismo e começa a tornar-se claro que ele não levará a melhor.

A vanguarda proletária portuguesa tem, sem dúvida, uma cultura política muito baixa; mas 37 anos ininterruptos de opressão fascista, do grande capital e do imperialismo aguçaram o seu espírito revolucionário e a sua vigilância contra o oportunismo, em quem reconhece a missão de desarmar ideologicamente o proletariado para o pôr ao serviço da burguesia. Vivendo a aproximação de uma tempestade revolucionária em Portugal, instruídos numa luta de classe prolongada e áspera, os comunistas portugueses apercebem-se quase por instinto do carácter podre das divagações revisionistas e insurgem-se contra os ataques ao P.C. da China e a outros partidos operários, criticam aqueles que, por uma política de cedências e de abandonos, abalem a autoridade e prestígio da União Soviética e

do campo socialista; recusam-se a misturar a crítica aos erros dogmáticos do P.C.U.S., em determinado período, com a campanha de insultos contra Stáline e contra a linha do partido bolchevique; reebem com mofa a reabilitação precipitada do « camarada » Tito; acompanham com elevado espírito internacionalista os combates revolucionários dos povos das colónias portuguesas, do Vietnã, de todos os povos subjugados pelo imperialismo e pelo capitalismo.

É indiscutível que a grande campanha revisionista internacional empurra a corrente oportunista portuguesa para posições extremamente graves que, de outro modo, nunca se atreveria a assumir; mas ver nas posições dos oportunistas portugueses apenas o fruto da pressão internacional, como supõem alguns camaradas, seria absolvê-los das suas responsabilidades próprias. O oportunismo português apoia-se no revisionismo internacional porque precisa das teses revisionistas para encobrir e usurar os seus abandonos na luta antifascista, porque, tal como o revisionismo à escala internacional, ele exprime, no âmbito do movimento revolucionário português, a influência dos interesses da burguesia sobre o proletariado.

## AS NOSSAS TAREFAS ACTUAIS

A crise actual no movimento comunista português, ainda que dolorosa, é uma crise de crescimento: assinala a emancipação definitiva do movimento revolucionário popular da tutela ideológica e política do radicalismo burguês. Por detrás da aparente estagnação actual, no mais profundo das massas populares estão sendo recolhidas as conclusões do movimento 1961-1962, estão sendo elaboradas novas formas de luta adaptadas à etapa superior da luta antifascista. Os comunistas só cumprirão os seus deveres actuais se souberem colocar-se por toda a parte à cabeça das massas oprimidas da cidade e do campo e se encontrarem as formas de desenvolver a sua iniciativa combatente, de passar à ofensiva contra a ditadura, de combinar as acções pacíficas e violentas de acordo com as circunstâncias, fazendo entrar o movimento popular definitivamente na via da insurreição, se tomarem a bandeira revolucionária abandonada pelos oportunistas. Tal é a primeira tarefa actual dos comunistas portugueses.

Mas esta tarefa não pode ser cumprida se eles não travarem, ao mesmo tempo, uma severa batalha ideológica nas suas fileiras contra o oportunismo e o revisionismo, se não estudarem as leis do movimento revolucionário em Portugal, se não demonstrarem a justeza da linha da revolução popular democrática, da hegemonia do proletariado, da aliança com o campesinato pobre e da política de aliança e de luta simultânea com a burguesia, se não desmascaram o revisionismo moderno a fim de dar ao movimento proletário e popular uma direcção independente, autenticamente revolucionária. Tal é a segunda tarefa actual dos comunistas portugueses.

Para levar a cabo estas tarefas decisivas, os comunistas devem ainda encontrar formas de organização independente, a fim de impedir o oportunismo de utilizar em seu proveito a organização revolucionária para travar o crescimento das tendências marxistas-leninistas. Tal é, finalmente, a terceira tarefa actual dos comunistas portugueses.

O movimento revolucionário português só vencerá as suas dificuldades actuais se tomar consciência dos problemas colocados, se combater firmemente o oportunismo e o revisionismo. Aos comunistas que consideram ainda a luta contra o oportunismo como

(1) segundo a Rádio Belgrado informou em Setembro, Alvaro Cunhal passou recentemente as suas férias na Jugoslávia, tendo realizado conversações com os dirigentes Jugoslavos.

uma questão secundária e, mesmo como um prejuízo à unidade do Partido e à unidade antifascista, é preciso mostrar como o triunfo do oportunismo no seio do movimento revolucionário português acarretaria trágicos reveses na luta antifascista, semelhantes aos que têm sofrido nos últimos anos outros povos. Lutar contra o oportunismo é, pois, lutar pela força do movimento revolucionário, pelo triunfo

no combate antifascista, pelo triunfo da grande revolução democrática-popular em Portugal, pela vitória do movimento comunista e operário internacional.

# O ABANDONO DA ALIANÇA OPERÁRIA-CAMPONESA

## EXPRESSÃO DO ABANDONO DA REVOLUÇÃO

Com o documento « Sobre a linha política e tática do Partido », divulgado em Agosto de 1963, procuraram os dirigentes do Partido Comunista sustentar a corrente crítica que nos últimos anos não tem cessado de crescer entre os militantes contra a chamada « linha da Unidade », definida e posta em prática desde 1946 pela direcção do Partido.

A análise desse documento mostra que ele constitui uma etapa nova na actividade da corrente oportunista — mais nova sobretudo pela acentuação e definição à luz do dia dos seus pontos de vista oportunistas. Por detrás duma linguagem « de classe », o documento manifesta da forma mais flagrante todas as velhas ilusões e incompreensões oportunistas que têm servido de fundo à linha da Unidade; por detrás das referências formais à « revolução » e à « hegemonia do proletariado » surge com toda a clareza o abandono dos pontos de vista do proletariado revolucionário e a subordinação aos interesses da burguesia. Os dirigentes do Partido quiseram dar um tom « marxista-leninista » à sua linha da Unidade: eles não conseguiram senão revelar com maior clareza a extensão dos seus desvios.

No presente artigo abordamos um dos aspectos mais evidentes do abandono da revolução pelos dirigentes oportunistas: o seu abandono, confessado explicitamente no documento de Agosto de 1963, das tarefas da aliança com vastos sectores do campesinato.

## SEM A ALIANÇA ENTRE AS MASSAS OPRIMIDAS DA CIDADE E DO CAMPO NÃO SE PODE PENSAR NO TRIUNFO DA REVOLUÇÃO

A base táctica em que assentou toda a actividade do partido bolchevique sob a direcção de Lênine foi a construção da hegemonia do proletariado e o estabelecimento duma aliança revolucionária entre os operários e camponeses para derrubar a autocracia, os grandes proprietários e a burguesia.

Na sua obra « Quem são os « Amigos do Povo » e como lutam contra os social-democratas, Lênine

traçou o caminho histórico da classe operária russa como guia político do povo, formulou a ideia do papel dirigente do proletariado e colocou o problema dos aliados do proletariado na luta revolucionária; Lênine indicou que os aliados fundamentais da classe operária russa contra a autocracia czarista eram os camponeses, as vastas massas populares. Estas ideias de Lênine tiveram uma repercussão histórica e abriram o caminho ao triunfo da revolução democrática russa e posteriormente ao triunfo da revolução proletária. Elas derrotaram as velhas concepções de Plekanov que dizia que o proletariado devia orientar-se na sua política para a aliança com a burguesia liberal, desprezando o papel dos camponeses; elas derrotaram igualmente as ideias então vulgarizadas de que não convinha assustar de momento a burguesia liberal com o « fantasma vermelho » do socialismo e que por isso era preciso um programa que os liberais pudessem aceitar também.

Durante a revolução de 1905, Lênine defendeu nas « Duas tácticas » que a aliança com o campesinato era a única base segura para o desenvolvimento da revolução e combateu a linha de capitulação seguida pelos mencheviques com o seu desprezo pelo campesinato e com o seu pavor de que a burguesia pudesse « voltar costas à revolução ». Eis o que Lênine escreveu nessa sua obra capital: « A instabilidade dos camponeses é radicalmente diferente da instabilidade da burguesia. Sem se converterem por isso em socialistas, nem deixarem de ser pequenos-burgueses, os camponeses são susceptíveis de actuar como os mais perfeitos e radicais defensores da revolução democrática. Os camponeses procederão invariavelmente assim, sempre que a marcha dos acontecimentos revolucionários que iluminam o seu caminho, não seja desde logo amortecida pela traição da burguesia e pela derrota do proletariado. Os camponeses converter-se-ão invariavelmente, sob essas condições, num baluarte da revolução e da república, já que somente uma revolução plenamente vitoriosa pode dar ao camponês tudo com quanto sonha e de que necessita (não para suprimir o capitalismo, como imaginam os socialistas-revolucionários), mas para sair da abjectão da servidão, das trevas do embrutecimento e do servilismo, para melhorar as suas condições de existência, na medida em que isso seja possível sob o regime da economia mercantil. »

E Lénine resumiu desta forma a linha táctica do partido bolchevique: « O proletariado deve realizar inteiramente a revolução democrática, atraindo a si a massa dos camponeses, a fim de esmagar pela força a resistência da autocracia e paralisar a instabilidade da burguesia. » « Na realidade — acrescentava Lénine — a revolução russa não começará a adquirir um verdadeiro alcance, não começará a adquirir a maior envergadura possível na época da revolução democrática-burguesa enquanto (...) o elemento revolucionário activo não for a massa camponesa unida ao proletariado. » Evidentemente, Lénine reconhecia que não é esse o caminho mais fácil. « Mas dificuldade não é impossibilidade. O que importa é estar seguro de haver escolhido o bom caminho. Essa confiança centuplica a energia e o entusiasmo revolucionários que são capazes de realizar milagres. » (« Duas tácticas. »)

Foi esta linha no sentido da hegemonia proletária e da aliança operária-camponesa que levou ao triunfo a revolução de Fevereiro de 1917 e a revolução de Outubro. Anos mais tarde, na sua obra « Questões do leninismo », Stáline desmascarou e desfez ideologicamente os trozkistas e outros oportunistas que tentavam pôr em causa a validade deste princípio táctico.

Uma questão semelhante se colocou mais tarde perante a revolução chinesa. Atordoados pelo desenvolvimento do movimento burguês do Kuomintang, certos dirigentes do Partido Comunista da China orientaram a luta revolucionária do proletariado em 1924-1927 para a aliança com a burguesia, passando por alto o papel do campesinato e a necessidade de o proletariado se apoiar nas largas massas camponesas para poder conduzir a revolução ao triunfo. Enredados em acordos e compromissos com a burguesia, os dirigentes oportunistas arrastaram o proletariado a uma derrota severa quando o Kuomintang traiu a revolução nacional; o Partido Comunista foi alvo de massacres ferozes e a revolução de 1927 foi derrotada. O grande mérito de Mao-Tse-Tung foi ter lutado infatigavelmente pela aliança com o campesinato, ter vencido a corrente oportunista que dominava a direcção do Partido, ter deslocado a luta armada para os campos, ter posto o exército vermelho do proletariado à cabeça das revoltas camponesas, associando a revolução democrática com a revolução agrária.

Assim, a experiência histórica mostrou no decurso das duas maiores revoluções mundiais do proletariado que uma alternativa decisiva se coloca ao Partido na preparação da revolução: (deve o proletariado apoiar-se sobretudo na burguesia nacional, correndo o risco de cair sob a sua influência e de se transformar num apêndice desta) ou deve ele tomar audaciosamente a direcção do processo revolucionário, assegurando a hegemonia através da aliança com as vastas massas oprimidas do campo? As revoluções dirigidas pelo proletariado que tiveram lugar nos últimos vinte anos na Europa e na Ásia confirmaram a importância desta questão.

Pretender travar o combate decisivo sem o apoio do campesinato, é levar o proletariado para a derrota. O esmagamento da Comuna de Paris e da revolução soviética húngara de 1919 estiveram intimamente ligados ao facto de o campesinato não ter sido conquistado para o lado do proletariado revolucionário. Sem o apoio dos camponeses, o proletariado ou cai sob a influência da burguesia ou é derrotado por ela.

..

É uma alternativa deste tipo que se coloca hoje perante o movimento revolucionário português. É

preciso estabelecer se têm razão os dirigentes do Partido Comunista no seu apreço pelo movimento democrático da burguesia liberal e no seu desinteresse pelas massas camponesas, ou se, pelo contrário, esta sua linha compromete todas as possibilidades de hegemonia do proletariado, entrega a direcção dos acontecimentos à burguesia e compromete a satisfação das reivindicações revolucionárias do nosso povo.

Quanto a nós, não nos é difícil demonstrar que a actual direcção do Partido Comunista é a sucessora em linha recta dos mencheviques e dos droitistas chineses de 1924-1927.

## AS CLASSES NO CAMPO

Uma das características distintivas do oportunismo é a sua tendência para apagar os interesses antagónicos das classes sociais e as manifestações da luta de classes. No que se refere ao campo português, o oportunismo desfigura a imagem da luta de classes que aí se trava, já que não reconhece habitualmente outras contradições além da que opõe o proletariado rural aos latifundiários, e reduz todas as outras contradições à oposição dos « pequenos e médios agricultores » contra o governo de Salazar. Adiante mostraremos que esta miopia não é casual e que serve interesses de classe muito precisos; para isso começaremos por esboçar um quadro muito geral da estrutura das classes nos campos portugueses.

Na classificação das classes seguimos a critério definido por Lénine, nas suas « Teses sobre a questão agrária », de 1920; localizamos assim as seguintes camadas:

- (a) assalariado — é o camponês que vive exclusivamente da venda da sua força de trabalho e da sua família, não cultivando por sua conta qualquer parcela de terra, nem mesmo temporariamente.
- (b) jornaleiro — vivendo predominantemente da venda da sua força de trabalho e da família, distingue-se do assalariado porque também recorre complementarmente ao cultivo de algum pequeno retalho de terra arrendada ou de sua propriedade.
- (c) camponês pobre — é o pequeno produtor independente que não vende a sua força de trabalho, ou que a vende só ocasionalmente e que vive sobre o trabalho familiar numa pequena parcela (por vezes em várias parcelas) de sua propriedade ou arrendada; há vários escalões nos camponeses pobres mas o que os distingue é só venderem a sua força de trabalho com um carácter complementar e não explorarem a força de trabalho alheia.
- (d) camponês médio — cultiva terra de sua propriedade ou arrendada e trabalha pessoalmente na terra, mas também explora o trabalho dum pequeno número de assalariados ou jornaleiros, pelo menos em certas épocas do ano; geralmente não produz só para consumo familiar mas também para o mercado.
- (e) camponês rico — embora também participe pessoalmente no trabalho da terra que cultiva (de sua propriedade ou arrendada), as suas receitas provêm predominantemente da exploração da força de trabalho assalariada; a maior parte da sua produção é para vender no mercado; dispõe de capitais e máquinas; por vezes recorre a outras formas de exploração, como o empréstimo de dinheiro a juros aos camponeses pobres, ou o arrendamento de parcelas de terra sua.
- (f) rendeiro capitalista — toma de renda propriedades geralmente vastas para empreender a sua

laboração em regime capitalista, isto é, explorando o trabalho assalariado em larga escala e produzindo para o mercado.

(g) proprietário semi-feudal — possui uma ou várias propriedades que não trabalha pessoalmente, entregando-as de renda aos camponeses ou explorando-as com trabalho assalariado sob direcção dum capataz; por vezes explora também os camponeses por meio da usura, do aluguer de gado ou máquinas, etc. Não vive normalmente no campo, não é já um camponês.

(h) latifundiário — é o proprietário de grandes extensões (a classificação dum propriedade como latifúndio depende do tipo de cultivo, mas geralmente toda a propriedade superior a 200 hectares é considerada como latifúndio). Pode ter as terras entregues a rendeiros capitalistas, arrendadas em pequenas parcelas a camponeses, ou explorá-las directamente por sua conta, explorando a força de trabalho dum grande número de assalariados.

Segundo o lugar que ocupam no processo produtivo e em relação à posse dos meios de produção, estas camadas definem as seguintes classes:

1) proletariado (assalariados) — não possui quaisquer meios de produção e vive totalmente da venda da força de trabalho.

2) semi-proletariado (jornaleiros e camponeses pobres) — possui poucos meios de produção e vende a sua força de trabalho.

3) pequena burguesia (camponeses médios) — possuidora de alguns meios de produção que lhe permitem explorar complementarmente a força de trabalho assalariada.

4) média burguesia (camponeses ricos e uma parte dos rendeiros capitalistas e proprietários) — possuidora de meios de produção que lhe permitem viver predominantemente sobre a exploração do trabalho assalariado.

5) grande burguesia (latifundiários e a camada superior dos rendeiros capitalistas e dos proprietários) — possuidora de importantes meios de produção e capitais que lhe permitem viver exclusivamente sobre a exploração do trabalho assalariado, ou sobre as rendas.

## LUTA DE CLASSES NOS CAMPOS PORTUGUESES

Partindo deste critério, vejamos agora qual é a estrutura das classes nos campos portugueses. Utilizamos dados estatísticos que, embora já desactualizados, podem dar uma ideia aproximada da situação.

Segundo o « Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente », havia em 1952-1954 700 mil explorações camponesas familiares. Isto significa que mais da metade das famílias camponesas de Portugal é constituída por camponeses pobres cultivando pequenas parcelas de terra de sua propriedade ou arrendadas. A decadência e a ruína desta massa camponesa está bem expressa no Inquérito referido, o qual indica que mais de 400 mil destas famílias eram obrigadas a recorrer em certas épocas do ano ao trabalho assalariado nas terras de outros cultivadores, nas obras públicas, nas fábricas, etc., formando assim um enorme semi-proletariado rural. Estas 700 mil famílias constituem como se sabe a massa da população camponesa ao norte do Tejo; em certas regiões do Minho, de Trás-os-Montes e da Beira, elas constituem mais de 80% da população. Ao lado dos camponeses pobres situa-se cerca de

meio milhão de famílias camponesas totalmente expropriadas de terra que forma o gigantesco proletariado rural português (1). Esta massa de operários agrícolas que tem como única receita a venda da sua força de trabalho, constitui a maioria da população camponesa no Alentejo, no Ribatejo sul, na região de Lisboa e no Alto Douro.

O proletariado, o semi-proletariado e os pequenos cultivadores independentes (minifundiários) formam assim nove décimos da população camponesa em Portugal; o décimo restante corresponde à burguesia camponesa, constituída por cerca de 150 mil famílias de camponeses médios e ricos interessados na produção para o mercado e utilizando de forma temporária ou permanente o trabalho assalariado nas suas explorações agrícolas. Esta burguesia camponesa está disseminada ao norte do Tejo, sobretudo nas regiões em torno das cidades, onde há um comércio mais activo de produtos agrícolas. Uma camada superior desta burguesia é constituída pelos rendeiros capitalistas alentejanos e ribatejanos, que exploram os latifúndios.

No campo português existe pois uma diferenciação profunda de classes, que vai do proletariado à burguesia média, passando pelo semi-proletariado, pelos produtores independentes e pela pequena burguesia. Mas para compreender a luta de classes nos campos portugueses é preciso tomar ainda em conta a existência de outras classes não camponesas que exercem sobre ela uma acção determinante. Como é conhecido, Portugal oferece a particularidade de a maioria da terra não estar na posse daqueles que a cultivam e pertencer a classes exteriores ao campo. Não só os assalariados estão desprovidos de terra; segundo o « Inquérito » de 1952-1954, mais de 300 mil famílias camponesas (pobres, médias ou ricas) tinham que pagar rendas pelas terras que cultivavam, contando-se ainda por dezenas de milhares aquelas que cultivavam as terras em regime de parceria (pagamento dum parte da colheita ao dono da terra). Isto significa que o campesinato português é explorado pela classe dos proprietários, vestígio da antiga classe feudal, que não dá qualquer participação à produção agrícola e que vive à custa dos camponeses, quer utilizando o trabalho assalariado, quer cobrando rendas aos rendeiros, « caseiros », « seareiros », « quinteiros », etc.

Entre estes proprietários semi-feudais distinguem-se dois sectores diferentes. Em primeiro lugar, um estreito núcleo de 6 ou 7 mil latifundiários, possuidores de enormes extensões no Alentejo, parte sul do Ribatejo, região de Castelo Branco, no Douro, etc. A área apropriada por estes latifundiários está calculada em mais de três milhões de hectares, o que significa que eles possuem mais dum terço do país. Estreitamente entrelaçados com a grande burguesia, eles dominam os organismos económicos (Grémios de Lavoura, Comissões Reguladoras), assegurando-se de receitas imensas à custa dos camponeses.

Um outro sector é constituído por algumas dezenas de milhares de proprietários ricos e médios, que,

(1) O Censo de 1950 indica a existência de 842 mil assalariados e empregados na agricultura, mas deve ter-se em conta que neste número estão incluídos algumas centenas de milhares de cultivadores-jornaleiros, que fazem parte do semi-proletariado; assim, por exemplo, segundo o Censo, a percentagem de assalariados na população activa agrícola seria superior a 60% nas regiões de Bragança, Leiria, Guarda, o que, como se sabe, não é exacto.

no conjunto, possuem também grandes extensões no Norte e Centro do país, vivendo à custa das rendas que cobram dos camponeses. Estes proprietários não latifundiários, em grande parte vinculados à média burguesia, formam uma classe igualmente opressora do campesinato, ainda que cada vez mais dependente da grande burguesia.

..

Esta primeira aproximação permite-nos desde já localizar as seguintes contradições principais no campo português:

— a contradição que opõe o proletariado rural aos seus exploradores (os latifundiários em primeiro lugar, e depois os rendeiros capitalistas, os camponeses ricos, etc.);

— a contradição que opõe os camponeses pobres aos proprietários ricos e médios;

— a contradição que opõe os rendeiros capitalistas e os camponeses ricos aos latifundiários e outros proprietários semi-feudais.

Estas contradições principais reflectem, nas condições do campo português, as contradições de classe entre proletariado e burguesia, entre os produtores independentes e as classes semi-feudais, e entre estes últimos e a burguesia.

O Partido do proletariado deve saber guiar-se entre estas contradições de classes para determinar onde estão os aliados do proletariado, onde as forças inimigas e onde as forças intermédias.

### ALIADOS E INIMIGOS DO PROLETARIADO REVOLUCIONÁRIO

O primeiro e fundamental aliado do proletariado industrial português é o proletariado rural. Um dos factores mais favoráveis à revolução portuguesa resulta da força numérica e da radicalização desta classe, mergulhada pelos latifundiários e capitalistas numa miséria atroz.

É certo que o proletariado rural não deve ser posto no mesmo plano do proletariado das cidades, como tem sido feito pela direcção do Partido Comunista desde 1954. Apesar das características muito favoráveis que fazem dele uma força revolucionária em Portugal (o seu número, a sua concentração, a sua consciência de classe, a sua experiência política), ele tem um horizonte social muito mais limitado que o proletariado industrial, uma experiência muito mais reduzida da exploração capitalista, traços muito marcados da sua herança camponesa independente. Nivelar o proletariado industrial com o proletariado rural é rebaixar o papel revolucionário daquele, que não tem paralelo na sociedade capitalista.

Mas isto não diminui a importância do proletariado rural, como principal apoio do proletariado industrial. Como sublinham as « Teses sobre a questão agrária », elaboradas por Lênine e aprovadas no 2º Congresso da Internacional Comunista em 1920, a organização independente e a propaganda e agitação reforçadas no seio do proletariado agrícola constituem « a tarefa essencial » dos partidos comunistas de todos os países para a construção da aliança operária-camponesa.

O segundo aliado do proletariado nos campos são os cultivadores-jornaleiros, que em Portugal abrangem mais de 400 mil famílias e que vivem em condições ainda piores que os operários agrícolas. Eles formam, a seguir ao proletariado rural, a grande massa dos explorados e dos oprimidos nos campos de Portugal.

O terceiro aliado do proletariado nos campos são os cultivadores independentes, que vivem do seu trabalho no meio das maiores dificuldades, devido à exploração que sofrem dos proprietários semi-feudais, dos comerciantes ricos, dos monopólios, que os expoliam através das rendas, das dívidas, do aluguer de gado e máquinas, das prestações de trabalho, etc.

Estas três classes formam, como vimos, nove décimos da população camponesa em Portugal: mobilizando-as como aliados do proletariado, o partido revolucionário assegurará a vitória da revolução, pois que terá sob a sua direcção, não só 90 % da população urbana como também 90 % da população rural. Se se encara a actual situação portuguesa numa perspectiva revolucionária e não numa perspectiva de modernização do poder burguês, torna-se claro que a revolução democrática (primeira etapa que abrirá o caminho à revolução socialista) só poderá triunfar mediante a destruição da grande burguesia e dos latifundiários e a expulsão do imperialismo; e torna-se claro também que uma tarefa dum tal envergadura histórica só poderá ser realizada pela insurreição das massas oprimidas da cidade e do campo, pela aliança de combate dos operários e camponeses. Se o proletariado industrial pretendesse marchar para a revolução democrática sem chamar para o seu lado as grandes massas oprimidas do campo, e permitindo que elas fossem mobilizadas pela burguesia, tudo leva a prever que isso provocaria a derrota da revolução.

Como conquistar essa aliança com as massas oprimidas do campo? É evidente que isso não se conseguirá com proclamações mas satisfazendo as suas reivindicações, mostrando-lhes na prática que o proletariado industrial está disposto a dar-lhes aquilo que desejam e a derrotar os seus inimigos. E isto levanta a questão da tática que o partido revolucionário deve adoptar perante as classes exploradoras dos camponeses.

Os camponeses médios não podem ser conquistados para o campo da revolução, mas são uma força intermédia a atrair; a opressão que sofrem levá-los-á a atender para uma posição neutral se se convencerem de que a sua situação não será posta em causa; o partido revolucionário deve pois garantir-lhes que não tocará nas suas terras e que os beneficiará, suprimindo a obrigação de pagarem rendas, anulando as dívidas, encerrando as juntas e comissões reguladoras, etc.

Os camponeses ricos são uma força intermédia que tenderá a cair no campo da contra-revolução; eles opõem-se aos latifundiários e aos monopólios mas apenas com o objectivo de poderem explorar mais largamente o proletariado; eles opor-se-ão ao levantamento do povo oprimido dos campos. O partido do proletariado não deve ter ilusões a seu respeito e deve cuidar de combater a sua influência ideológica e política, agudizando ao mesmo tempo as contradições que os opõem à grande burguesia e chamando-os na medida do possível a uma posição de neutralidade quando se travarem combates decisivos.

Quanto à classe semi-feudal dos latifundiários e dos proprietários ricos e médios, que são inimigos abertos do campesinato e que tentarão impedir por meio da repressão sangrenta o levantamento das massas camponesas, o partido revolucionário tem que declarar desde hoje sem hesitações que a revolução agrária será feita contra eles e à custa deles. Para chamar os camponeses pobres à insurreição devemos explicar que lhes daremos as terras expropriadas às classes semi-feudais. Sem que esta

ideia seja propagada e conquiste as massas camponesas, não se conseguirá desencadear a insurreição nos campos.

No decurso da revolução poderá encarar-se a necessidade de conceder indemnizações aos proprietários que não se oponham ao poder popular; mas não se trata evidentemente neste caso de conquistar um aliado mas de dividir um inimigo para o abater mais facilmente.

## O MAIOR OBSTACULO A ALIANÇA OPERARIA-CAMPONESA

Um dos traços característicos da sociedade portuguesa, que é justamente um dos aspectos mais desfavoráveis para a nossa revolução, está no adormecimento da consciência de classe dos camponeses pobres, do Centro Norte, que constituem mais de metade do campesinato. Do ponto de vista da consciência política e de classe, o campesinato português está dividido em dois níveis inteiramente diferentes e sem relação entre si: a consciência e combatividade do proletariado rural do sul tem como contrapartida a paralisação das grandes massas camponesas do Centro e Norte.

Como se sabe, isto não resulta de quaisquer condições objectivas que levem o campesinato pobre a afastar-se do campo revolucionário; o nível de vida baixíssimo das massas camponesas faz dos campos do centro e norte de Portugal a região mais atrasada e miserável da Europa; o triunfo do capitalismo nos campos empurra inexoravelmente os pequenos produtores independentes para a proletarianização e nos últimos vinte anos centenas de milhares de famílias camponesas arruinadas deslocaram-se para as regiões industriais. Mas esta expropriação dos camponeses pobres tem sido levada a cabo tranquilamente pelos proprietários, pelos comerciantes, pelos camponeses ricos, sem encontrar uma resistência organizada pela frente; ao longo dos últimos vinte anos registaram-se certas lutas contra a expulsão de rendeiros e foreiros, a luta contra as requisições dos produtos agrícolas pelos grêmios e as lutas contra a apropriação dos baldios pelos Serviços Florestais, mas não encontramos muitos exemplos de acções organizadas e independentes dos camponeses pobres em defesa dos seus interesses.

Os camponeses médios e ricos, a burguesia camponesa, têm com frequência conduzido acções combativas contra os monopólios comerciais e os proprietários ricos, lutando por melhores condições de venda da sua produção no mercado; no Alentejo realizam-se anualmente agitadas assembleias em que os rendeiros capitalistas e os latifundiários interessados na produção tentam arrancar do governo créditos e condições favoráveis aos seus interesses. Mas o campesinato pobre, que constitui a grande massa oprimida dos campos, permanece geralmente inerte e não raro é mobilizado pelos proprietários e camponeses ricos ao serviço das reivindicações de classe destes.

Os camponeses pobres formam ainda hoje na sua maioria uma reserva da burguesia. Não só a burguesia camponesa e os proprietários semi-feudais vivem sobre a sua exploração; a grande burguesia utiliza-os como o núcleo das forças armadas de repressão sobre o proletariado e os povos das colónias.

Este atraso dos camponeses pobres está ligado à tutela ideológica e política sobre eles exercida pelas classes semi-feudais e pelos camponeses ricos. O camponês que consegue ascender graças ao dinheiro

que trouxe das colónias ou do estrangeiro, graças à usura ou ao comércio, torna-se o elemento influente da aldeia, domina economicamente o camponês pobre, e serve-se da sua autoridade e prestígio para o colocar sob a sua dominação ideológica. Iludido pela miragem de poder vir a ser ele também um cultivador acomodado, de poder comprar um pedaço de terra, liquidar as suas dívidas, etc., o camponês pobre submete-se a uma exploração e não se lança no caminho da revolução.

Também o proprietário semi-feudal exerce uma forte tutela ideológica sobre o camponês pobre, ainda que por outra via. O burguês dono da quinta do Centro ou Norte do país tem geralmente um poder absoluto sobre os seus caseiros, que identificam os seus interesses com os interesses do senhor da terra. Enquanto que no Sul, a evolução dos últimos 50 anos criou um fosso profundo entre o latifundiário e os operários agrícolas, no Centro e Norte a graduação entre as classes tem alimentado a subjugação ideológica dos camponeses pobres. Tal como durante a guerra civil de 1832-1834 os camponeses alinhavam no partido absolutista ou liberal segundo o partido a que pertencia o senhor da terra, ainda hoje em muitas regiões o camponês pobre é mobilizado para apoiar o governo ou a oposição conforme o proprietário é salazarista ou republicano.

É evidente que enquanto persistir esta situação, enquanto o camponês pobre não entrar na via da sua emancipação ideológica e política, o proletariado industrial não contará com a aliança de grandes massas oprimidas do campo e não poderá encarar a tomada do poder e a transformação revolucionária da nossa sociedade.

## UMA CLASSE ORIGINAL DE « REPRESENTANTES DO CAMPEPINATO »

O aspecto mais flagrante na linha dos dirigentes do Partido Comunista quanto à aliança operária-camponesa está no contraste entre o trabalho desenvolvido no seio do proletariado rural do Sul e o completo abandono a que foram votadas as grandes massas camponesas do Centro, Norte e Algarve. Ao longo de 40 anos de existência do Partido, mas sobretudo depois da reorganização de 1939-1941 tornou-se patente este contraste entre a situação do proletariado do sul (onde o Partido está implantado, conduz largas acções e faz um recrutamento regular) e o campesinato pobre do Centro e Norte, ácerca do qual nada se conhece e com o qual não se estabeleceram quaisquer contactos.

É indiscutível que o partido do proletariado, sobretudo num país como Portugal, tem que dirigir a sua principal atenção para o proletariado rural, fazer dessa ligação a base da sua aliança com as largas massas oprimidas do campo, tirando todo o proveito que resulta da proletarianização total de cerca de meio milhão de famílias camponesas.

A atenção dada nos últimos vinte anos pelos dirigentes do Partido a esta questão é correcta. Um outro problema, que não pretendemos estudar agora, é saber se foi ou não justa a orientação dada pelo Partido ao seu trabalho de agitação e propaganda no seio do proletariado rural; hoje está-se tornando claro que a influência ganha pelo Partido na condução das acções camponesas no sul se tem ressentido gravemente (tal como a mobilização do proletariado industrial, de resto) da falta dum programa revolucionário e dum objectivo revolucionário preciso, dum « economismo » acanhado, de todas as limitações da linha da Unidade. É isso que permite compreender que nos últimos dez anos tenha come-

cado a declinar a autoridade do Partido entre as massas proletárias do Sul, à medida que os melhores militantes do movimento camponês começam a orientar-se na via da insurreição. Essa é uma questão que procuraremos discutir num próximo artigo.

Mas, para além das deficiências que possa ter o trabalho entre o proletariado rural, como explicar que em vinte anos de actividade o Partido Comunista não tenha feito qualquer tentativa séria de penetrar na massa dos camponeses pobres, nas 700 mil famílias de cultivadores-jornaleiros e cultivadores independentes das Beiras, de Trás-os-Montes, do Minho e Douro, da Estremadura, do Algarve? Como explicar que se sucedam nos últimos vinte anos as constatações de que « o Partido continua a não exercer qualquer influência entre o campesinato do Centro e Norte e isso compromete gravemente a tarefa da aliança com o campesinato », sem que a situação mostre a menor tendência para melhorar? Até há pouco a questão pôde manter-se obscurecida por factores accidentais: o grande atraso político dos camponeses pobres, as suas superstições religiosas, as enormes dificuldades criadas pela repressão fascista — todos estes obstáculos (que são reais) ocultavam o fundo da questão e permitiram que se arrastasse uma situação muito grave sem um verdadeiro esforço autocrítico.

Contudo, a nova corrente marxista-leninista, resultantes da elevação da consciência dos militantes nos últimos anos, começou a pôr em causa a linha da Unidade e a esforçar-se por compreender a luta de classes no país, e acabou por levar ao esclarecimento desta questão. Os dirigentes do Partido foram forçados a sair das suas posições nebulosas e tiveram que tentar justificar a sua linha quanto à aliança operária-camponesa, tiveram que fazer um esforço para demonstrar que a sua linha da Unidade operária-burguesa não contradiz uma linha leninista de alianças.

Neste sentido, a resolução « Sobre a linha política e táctica do Partido », de Agosto de 1963, ficou como um documento capital. É a seguinte a formulação do problema da aliança operária-camponesa feita nessa resolução:

« A unidade das forças democráticas e patrióticas deve assentar na unidade da classe operária e na aliança da classe operária com o campesinato. » (...)

« A aliança da classe operária com o campesinato realiza-se pelo desenvolvimento da luta económica e política das classes camponesas pelos seus interesses vitais e contra a ditadura fascista. É também expressão da aliança a acção unitária do Partido Comunista e de dirigentes democráticos que, embora muitas vezes tidos por representantes da intelectualidade, representam social e politicamente certas camadas do campesinato. » (« O Militante », nº 125, Outubro 1963, pág. 4; sublinhado nosso.) Esta formulação foi retomada [sem alterações no informe de Alvaro Cunhal à reunião do C.C. do Partido, em Abril do ano corrente.

Seria difícil não ver o enorme alcance político desta posição dos dirigentes do Partido Comunista; ao mesmo tempo que fazem silêncio sobre a inexistência de qualquer trabalho revolucionário entre os camponeses pobres, eles reconhecem a certos « dirigentes democráticos » a capacidade de representarem o campesinato; esta posição esclarece completamente e sem dar lugar a dúvidas o conteúdo da linha até hoje aplicada pelos dirigentes do Partido na questão da aliança com o campesinato: o abandono da tarefa de chamar as massas oprimidas do campo para o lado do proletariado, para o

campo da revolução, a entrega à burguesia liberal da tarefa da mobilização do campesinato pobre contra o governo de Salazar.

Com efeito, quem são estes dirigentes democráticos, « muitas vezes tidos por representantes da intelectualidade », mas que na realidade representariam certas camadas do campesinato? Toda a gente sabe que se trata dos advogados, médicos e outros intelectuais das vilas de província, que exercem uma real direcção sobre amplas massas camponesas na sua dependência. Toda a gente sabe que a base da influência destes elementos sobre o campesinato pobre, médio e rico resulta do facto de todos eles pertencerem a famílias de proprietários rurais e serem em muitos casos eles próprios donos de terras, vivendo da exploração dos camponeses.

Toda a gente sabe que a burguesia republicana que subiu ao poder em 1910 era constituída em larga percentagem por esta classe de proprietários médios e ricos, de tipo semi-feudal, que se entrelaçaram estreitamente com a burguesia comercial, industrial e colonialista que então ascendia na nossa sociedade. Toda a gente sabe que ainda hoje a burguesia republicana conta grande número destes proprietários de terras — o que explica o carácter profundamente conservador de organizações como o Directório Democrata-Social. Nomes dos mais destacados da corrente liberal burguesa, como o do general Norton de Matos, dr. Azevedo Gomes, António Sérgio, cor. Helder Ribeiro, dr. Veiga Pires, etc., etc., estão estreitamente ligados à classe dos proprietários. Nada disto é segredo para ninguém.

Como explicar então a classificação absurda de « representantes de certas camadas do campesinato » que os dirigentes do Partido Comunista dão a proprietários semi-feudais vivendo à custa dos camponeses? Como explicar que os dirigentes do Partido, em vez de se preocuparem com a submissão ideológica e política dos camponeses pobres aos seus exploradores, em vez de lutarem para arrancar os camponeses pobres a essa tutela que impede a elevação da sua consciência de classe, pelo contrário, considerem boa esta situação, não lutem contra ela, e reconheçam oficialmente aos proprietários republicanos o direito de tutelarem largas massas camponesas?

Isto nada tem de irracional, como pode parecer à primeira vista. Os dirigentes do Partido precisam de manter em palavras a sua fidelidade à linha leninista da hegemonia do proletariado e da aliança operária-camponesa, porque o Partido e a classe operária não lhes permitem renunciar explicitamente a essas posições de princípio e exigem-lhes que eles as levem à prática; mas os dirigentes do Partido precisam também de, na prática, reforçar cada vez mais a sua estreita aliança com a burguesia liberal, na qual vêem o aliado decisivo do proletariado na actual etapa. Eles tentaram assim desembaraçar-se da crítica a que têm sido submetidos pelo Partido transformando os liberais burgueses em « representantes de certas camadas do campesinato » e apresentando ao Partido a linha de aliança com a burguesia disfarçada em « aliança operária-camponesa ». O cálculo é simples, embora tenhamos que reconhecer que o processo é um pouco grosseiro. Esta renúncia explícita que os dirigentes do Partido agora fizeram às suas obrigações na questão da aliança com grandes massas oprimidas do campo não é mais do que a conclusão duma renúncia que tem já mais de vinte anos na actividade prática e na actividade teórica dos dirigentes do Partido.

Na realidade, se os dirigentes do Partido não sabem distinguir outras lutas de classe no campo além da

que opõe os operários agrícolas aos latifundiários; se, fora desta luta, eles tendem a ver apenas a luta dos « pequenos e médios agricultores contra o governo de Salazar »; se eles desconhecem teimosamente a existência duma classe de proprietários semi-feudais e duma burguesia camponesa — tudo isto não é o resultado apenas do « baixo nível ideológico do Partido » mas é o resultado das suas concepções oportunistas que os impedem de analisar objectivamente a luta de classes no campo e que os levam a velar, a ocultar, as manifestações dessa luta de classes, para não terem que atacar a burguesia liberal, os proprietários republicanos e os camponeses ricos.

Se os dirigentes do Partido conseguiram nos últimos vinte anos mobilizar o proletariado rural do sul e conduzir as suas lutas, e em contrapartida não conseguiram qualquer influência entre os camponeses pobres do Norte, Centro e Algarve — é porque receiam conduzir os camponeses pobres a levantarem-se contra a média burguesia, receiam que o levantamento destas massas camponesas leve a média burguesia a « voltar costas à revolução ». Se os dirigentes do Partido conseguem em certos casos dedicar alguma atenção aos camponeses médios e ricos (que no jornal clandestino « A Terra » se queixam da falta de jornaleiros e das elevadas jornas que têm que lhes pagar) — é porque eles vêem a possibilidade de mobilizar a burguesia camponesa na luta directa contra o governo de Salazar; e se eles, nesse mesmo jornal, ignoram as reivindicações revolucionárias dos camponeses pobres ou as iludem atrás de queixumes demagógicos — é porque eles temem mobilizar os camponeses pobres, porque isso obrigaria a levantá-los contra os proprietários e contra os camponeses ricos, que os exploram. Finalmente, se os dirigentes do Partido reconhecem oficialmente a certos « dirigentes democráticos » (na realidade proprietários semi-feudais da corrente republicana) o direito de representar o campesinato — é porque eles desistiram há muito de conduzir as massas camponesas do Centro, Norte e Algarve a levantarem-se pelas suas reivindicações, porque as desprezam como « atrasadas » e as entregam ao caciquismo dos proprietários, renegando assim da maneira mais completa a linha leninista para a aliança operária-camponesa.

## **A « REFORMA AGRÁRIA » AO SERVIÇO DA UNIDADE**

É certo que os dirigentes do Partido Comunista agitam a bandeira da Reforma agrária « que dê a terra aos que a trabalham ». Mas o que pode ser esta palavra de ordem mais do que uma posição demagógica sem verdadeiro conteúdo revolucionário e apenas destinada a alimentar ilusões entre as massas oprimidas?

Quando os dirigentes do Partido aspiram a interessar a média burguesia numa reforma agrária destinada a golpear os latifundiários e para esse efeito se encarregam de mobilizar o proletariado rural do sul, entregando aos seus aliados burgueses o encargo de tutelarem as massas camponesas do Centro, Norte e Algarve, eles revelam toda a extensão das suas ilusões oportunistas. Julgar que é possível uma reforma agrária em Portugal no quadro da aliança com a burguesia e não no quadro duma estreita aliança revolucionária entre as massas oprimidas da cidade e do campo, é nada compreender sobre a luta de classes em Portugal.

A Reforma Agrária é muito mais do que uma lei aprovada num parlamento democrático (burguês)

sob proposta de deputados comunistas. Ela tem que começar por ser a emancipação ideológica e política das massas oprimidas do campo, ela tem que passar pelos levantamentos armados dos camponeses pobres contra os seus opressores, ela tem que se apoiar na insurreição camponesa sob a direcção dos operários. A lei de Reforma Agrária só não será uma burla e uma reforma burguesa ao serviço dos interesses do capitalismo (como tantas que têm sido realizadas nos últimos anos em diversos países pela burguesia) se for a resultado da destruição violenta da ordem capitalista e semi-feudal existente nos nossos campos, se for a consagração jurídica da revolta triunfante dos camponeses, da revolução agrária levada a cabo pelas massas oprimidas. Foram deste tipo as reformas agrárias realizadas pelos operários e camponeses vitoriosos na União Soviética, na China, na Europa oriental, na Coreia, em Cuba, etc.

Mas isto nada tem que ver com a linha actualmente seguida pelos dirigentes do Partido Comunista. Agitar diante dos camponeses pobres a bandeira da Reforma agrária e convidá-los ao mesmo tempo a seguirem os seus caciques burgueses, é simplesmente rir-se das massas exploradas do campo e mostrar que não se pensa, nem de perto nem de longe, na aliança operária-camponesa e na conquista do poder para levar a cabo a revolução.

A linha da Unidade, definida e posta em prática desde 1946 sob a direcção de Alvaro Cunhal, apoiar-se no sonho reaccionário da reconciliação das classes contra Salazar e conduz por isso, como não podia deixar de ser, à subordinação do proletariado aos interesses da burguesia. Os dirigentes do Partido Comunista tem pretendido ao longo dos últimos vinte anos encontrar um terreno de compromisso entre a sua linha de aliança com a burguesia liberal e a linha leninista da aliança revolucionária operária-camponesa, mas a experiência está mostrando, que esse compromisso é impossível e que, se não se segue o caminho da revolução acaba por se trabalhar a favor da burguesia. A entrega que os dirigentes do Partido fazem do campesinato pobre à tutela da burguesia é um dos aspectos mais flagrantes da sua linha de abandono da revolução e de substituição da perspectiva da revolução popular democrática pela recomposição liberal da ditadura burguesa.

## **LEVANTEMOS O MOVIMENTO CAMPONÊS!**

A elevação da luta dos operários e dos outros sectores revolucionários das cidades a formas superiores é actualmente a tarefa política mais decisiva para o avanço do movimento popular antifascista; essa passagem a novas formas de luta, que poderá a curto prazo ser acompanhada pelo proletariado rural do Sul, terá uma repercussão histórica sobre as grandes massas da população e especialmente sobre o campesinato pobre, despertando-o da paralisação em que tem estado mergulhado.

Mas não devemos esperar que este despertar se faça espontaneamente. Para que os camponeses pobres do Norte e Centro sejam atraídos a uma acção superior é preciso que os militantes comunistas os ajudem desde agora a organizar-se na luta pelas suas reivindicações imediatas, façam uma intensa propaganda da insurreição armada e do poder popular, lhes abram as perspectivas da conquista por via revolucionária das suas reivindicações profundas: a posse da terra, a anulação das dívidas, o esmagamento dos seus opressores, a ajuda e o crédito pelo Estado popular.

Trabalhar pelo despertar das massas camponesas é

uma tarefa essencial para os comunistas, sobretudo no momento em que os dirigentes oportunistas se afastam cada vez mais da via da aliança operária-camponesa e da revolução. Se se começar sem demora a mobilização dos camponeses pobres, se se começarem a criar focos de agitação camponesa no Norte e Centro, se os comités camponeses começarem a surgir e a conduzir a luta, podem criar-se condições para que, num futuro não muito afastado, a luta armada venha a estender-se das cidades aos campos, deslocando para o lado da revolução as grandes massas oprimidas do campo e abrindo o caminho à insurreição nacional.

Mas não se podem mobilizar os camponeses sem

ter um conhecimento sério da luta de classes no campo. É preciso que os comunistas se disponham a ir ao campo, conhecer a vida e as aspirações dos camponeses pobres, investigar a estrutura das classes, compreender como se processa a luta de classes em cada região, superar as noções idealistas e reacçãoárias correntemente divulgadas sobre esta questão. Só assim será possível dar directivas acertadas para a mobilização revolucionária dos camponeses.

A luta pelo despertar do movimento camponês é parte integrante do grande combate para derrotar a corrente oportunista dominante e para levar ao triunfo a revolução popular democrática.

---

# O REFORÇAMENTO DO MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL

## **PASSA PELA DERROTA DO REVISIONISMO**

Os dirigentes do PCUS convocaram para Dezembro uma reunião de 26 partidos comunistas, com o fim de preparar uma Conferência geral dos partidos a realizar no Verão do próximo ano.

O trabalho de cisão longamente preparado pela corrente do revisionismo moderno nos últimos anos, entra agora na sua fase final; mas, longe de caminhar para o triunfo, os revisionistas debatem-se em dificuldades cada vez maiores e enfrentam um futuro sombrio; a luta revolucionária do proletariado e dos povos oprimidos, a coesão crescente dos marxistas-leninistas em todo o mundo, empurram as teorias revisionistas para o fracasso.

Os comunistas portugueses não podem permanecer como espectadores nesta grande batalha histórica de que dependem em grande medida os destinos do nosso proletariado e do nosso povo; eles têm a obrigação de intervir em defesa dos princípios, unidos aos comunistas de todos os países.

Com o presente comentário procuramos esclarecer alguns dos aspectos mais debatidos na actual situação no movimento comunista.

## **PODE A CONFERENCIA REFORÇAR A UNIDADE?**

Os dirigentes do PCUS e os seus seguidores apresentam a conferência como um meio de reforçar a unidade do movimento comunista e asseguram que não se trata de condenar nem de expulsar quaisquer partidos mas de « procurar vias para a coesão » e « elaborar posições comuns ».

Como explicar então que, dos 26 partidos convidados para a reunião preparatória, ainda só uma minoria tenha dado a sua adesão, apesar de terem passado

já dois meses sobre o convite? Como explicar que, não só partidos opostos à linha do PCUS, como os partidos comunistas da China, Albânia e Coreia, mas também o Partido Operário Romeno, cujas posições quanto à linha geral são muito próximas das do PCUS, condenem uma tal reunião? Como explicar ainda a relutância e as hesitações profundas em que muitos outros partidos comunistas se debatem perante a iniciativa dos dirigentes do PCUS?

A razão está em que Krutchov e os revisionistas modernos procuram de facto arrastar os partidos comunistas a uma conferência de cisão e não a uma conferência de unidade. Esse seu objectivo está perfeitamente claro quando eles indicam que a Conferência projectada deverá tomar decisões sobre a linha geral do movimento comunista, mesmo que não participem todos os partidos convocados ou que não se consiga atingir a unanimidade nos problemas discutidos.

Pretender adoptar resoluções sobre a linha geral do movimento comunista renunciando ao princípio da unanimidade — o que significa senão querer formar dois campos opostos no movimento comunista?

Falar em « disciplina internacional » e em « maiorias » e « minorias », pretender aplicar ao movimento comunista, constituído por um conjunto de partidos independentes, os princípios que regem a vida interna de cada partido — o que é senão trabalhar para a cisão?

A unidade do movimento comunista só pode apoiar-se na igualdade absoluta dos partidos, ao mesmo tempo unidos e plenamente independentes, na busca da unanimidade de vistas por meio de consultas em pé de igualdade.

O procedimento a adoptar nas discussões entre os partidos comunistas foi determinado pela Declaração

comum de 1960. « Em caso de necessidade — estabelece a Declaração — os partidos comunistas e operários realizam conferências para examinar os problemas da actualidade, para trocar as suas experiências e tomar conhecimento das suas opiniões e posições respectivas, a fim de chegarem a um ponto de vista unânime por meio de consultas e combinarem acções conjuntas na luta pelos objectivos comuns. » (Sublinhado nosso.)

Esta posição, subscrita há quatro anos por todos os partidos comunistas, é perfeitamente clara. Foi este princípio da unanimidade que presidiu até agora às reuniões dos partidos comunistas, e nomeadamente às conferências de 1957 e 1960. O Partido Comunista da China e outros partidos fizeram largas concessões na redacção dos documentos que saíram dessas duas conferências, justamente guiados pela preocupação de salvar a unanimidade. Com que justificação se pretende agora impor o princípio da maioria nas discussões entre partidos?

Uma vez que na época actual se cavaram grandes divergências de princípios entre os partidos comunistas, a única posição que favorece a unidade é a intensificação das discussões bilaterais entre partidos, e sobretudo entre o PCUS e o PC da China, com o objectivo de aproximar os pontos de vista respectivos e preparar a base para uma conferência de unidade. Os comunistas não se podem deixar iludir pelas garantias com que os revisionistas modernos tentam adormecer a sua vigilância. Uma conferência que não seja realizada segundo o princípio da unanimidade só pode conduzir à cisão aberta no movimento comunista.

### UM PROGRAMA REVISIONISTA

A base em que assenta a unidade dos comunistas de todo o mundo é o marxismo-leninismo. A corrente revisionista provoca a cisão precisamente porque se afasta cada vez mais do marxismo-leninismo e abandona declaradamente os princípios revolucionários que sempre uniram os comunistas.

Os abandonos sucessivos dos revisionistas modernos em face do imperialismo fazem com que a declaração comum de 1960, apesar dos compromissos que a assinalaram, se tenha já tornado estreita demais para as suas necessidades. Eles precisam de elaborar uma nova plataforma, que dê possibilidades de plena expansão ao seu revisionismo e por isso reclamam uma conferência em que uma nova linha geral revisionista seja estabelecida por maioria.

Tudo leva a concluir que os dirigentes do PCUS e os seus seguidores têm em vista substituir os princípios revolucionários das declarações de 1957 e 1960 pela linha revisionista do 20º e 22º Congressos do PCUS; é esse o seu pensamento quando eles afirmam que cabe à conferência proposta a tarefa de « completar e desenvolver as ideias das duas declarações, tomando em conta as mudanças surgidas na situação internacional, examinar e resolver de forma fecunda os novos problemas »; é esse o seu pensamento quando eles acusam os partidos marxistas-leninistas de representarem « a reacção das forças conservadoras existentes no movimento comunista, que resistem ao marxismo-leninismo fecundo da época actual e estão penetradas da ideologia do culto da personalidade ».

A experiência dos últimos anos leva os comunistas de todos os países a verem com a maior reserva as concepções « criadoras » dos dirigentes de PCUS. Assim, quando, na proposta para a conferência

internacional, os dirigentes do PCUS afirmam que « na sua maioria, os países socialistas chegam ao fim dum período importante do seu desenvolvimento e que se aproximam duma fase avançada na construção da sociedade nova » — não indica isto que eles pretendem estender aos outros países socialistas a sua noção do « partido de todo o povo » e do « Estado de todo o povo », alterar o carácter proletário dos partidos comunistas e enfraquecer a ditadura do proletariado nesses países?

Quando os dirigentes do PCUS alegam que « apareceram muitos elementos novos » nas formas de organização e nos métodos de luta da classe operária nos países capitalistas — não significa isto que eles querem fazer aprovar sem reservas pela nova conferência as suas teorias sobre a « via parlamentar », as « reformas de estrutura » e a « passagem pacífica »?

Quando os dirigentes do PCUS reduzem a política externa dos países socialistas à « salvaguarda da paz » e à « coexistência pacífica » — não significa isto que eles querem fazer aprovar pela nova conferência a sua linha geral de compromisso com o imperialismo americano e de oposição às revoluções do proletariado e dos povos oprimidos? Quando os dirigentes do PCUS afirmam que « a desagregação do sistema colonial do imperialismo entrou na sua última fase » — não significa isto que eles pretendem fazer aprovar pela nova conferência a sua linha de contenção da luta das nações oprimidas contra o imperialismo, o colonialismo e o neo-colonialismo?

Quando os dirigentes do PCUS falam na necessidade dum « aperfeiçoamento nas formas de cooperação e de assistência mútua » entre os países socialistas e da « coordenação dos actos políticos e económicos » — não significa isto que eles querem fazer aprovar pela nova conferência a sua desgraçada política de egoísmo nacional, que já enfraqueceu tão gravemente a solidariedade dos países socialistas?

Como sublinha o Comité Central do PC da China na sua carta de 28 de Julho passado, « aquilo a que vós chamais eliminar as divergências », « pôr em relevo aquilo que há de comum » e « vir à conferência com um programa construtivo » nada mais é, no fim de contas, do que o desejo de obrigar os partidos marxistas-leninistas a aceitar a vossa pacotilha, a linha revisionista dos 20º e 22º Congressos do PCUS ».

Uma verdadeira conferência de unidade só pode ter por base o marxismo-leninismo, a crítica aberta ao revisionismo. Uma conferência preparada precipitadamente e tendo como base a linha do revisionismo moderno, só pode conduzir à cisão, uma vez que os partidos marxistas-leninistas jamais aceitarão subscrever o programa revisionista dos dirigentes do PCUS.

### AS ACTIVIDADES CISIONISTAS DOS DIRIGENTES DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Apercebendo-se da resistência generalizada que se levanta no seio do Partido e da classe operária portuguesa contra o revisionismo moderno e a propaganda anti-chinesa, os dirigentes do PCP esforçam-se por envolver as suas posições em expressões de aparente objectividade; mas isto não esconde a natureza do seu trabalho de cisão ao serviço da corrente revisionista, sistematicamente desenvolvido nos últimos anos. A este respeito,

parece-nos útil pôr algumas perguntas concretas :

1) Em Setembro de 1960, os dirigentes do PCP elaboram o documento « Três problemas da actualidade », no qual atacam veladamente a linha do PC da China e pretendem fazer crer que há partidos comunistas que defendem a necessidade duma guerra mundial. « Pretender derrotar o capitalismo através duma guerra mundial — escreve o documento — seria uma aventura própria de discípulos de Bonaparte, não de discípulos de Marx, Engels, Lênine. » O folheto chinês « Viva o leninismo », que se pretendia rebater com este artigo, é cuidadosamente escondido ao Partido e à sua direcção ; nenhuma informação é dada aos quadros do Partido sobre a luta de princípios que se trava no movimento comunista. Perguntamos : é isto ou não um acto unilateral e um ataque de má-fé contra as posições do PC da China? É isto ou não uma prova de desprezo pelos comunistas portugueses?

2) Em Outubro de 1961, na tribuna do 22º Congresso do PCUS, Alvaro Cunhal ataca o Partido do Trabalho da Albânia, tomando posição contra os camaradas albaneses no diferendo que os opunha aos dirigentes do PCUS. Este ataque público a um partido operário no poder, que constroí o socialismo num pequeno país, cercado por forças inimigas, é ou não uma quebra da solidariedade devida a camaradas de luta? Esta tomada de posição, sem procurar discutir directamente com o partido atacado e averiguar da veracidade das acusações, é ou não um acto dirigido para a cisão no movimento comunista?

3) Em 19 de Janeiro de 1963, seguindo as directivas dadas dias antes por Krutchov no congresso do Partido Socialista Unificado Alemão, os dirigentes do PCP emitem uma declaração na qual atacam abertamente o Partido Comunista da China e o Partido do Trabalho da Albânia, como « dogmáticos » e « sectários », acusando-os de « incitar à guerra termonuclear » e de pretenderem fazer triunfar o comunismo através do « sacrifício de centenas de milhões de vidas, sobre as ruínas e desertos deixados por uma guerra nuclear ». Esta declaração por encomenda, deturpando conscientemente a linha de dois partidos comunistas, é ou não um serviço prestado à corrente do revisionismo moderno? Este rompimento brutal e não provocado com partidos irmãos, é ou não um acto grave de cisão no movimento comunista?

4) No documento referido, os dirigentes do PCP, ao mesmo tempo que afirmam que a declaração comum de 1960 é « obrigatória para todos os partidos comunistas e operários » rejeitam a condenação do revisionismo feita nessa declaração e decretam que « no conjunto do movimento comunista internacional o principal perigo da hora presente é o dogmatismo ». Perguntamos : quem deu aos dirigentes do PCP autoridade para traçarem a linha do movimento comunista e para modificarem uma conclusão « obrigatória » subscrita por todos os partidos? É isto ou não um acto inadmissível de desrespeito pelas posições assumidas em comum, uma posição unilateral e cisionista?

5) Ainda no documento referido, os dirigentes do PCP abandonam a condenação do revisionismo jugoslavo que havia sido pronunciada com a maior energia e clareza pelos 81 partidos e procuram justificar esta viragem pretendendo que se deu uma « rectificação de alguns importantes aspectos da orientação da União dos Comunistas Jugoslavos ». Os militantes do Partido que protestam contra este abandono unilateral duma posição « obrigatória » e que reclamam informações, ainda hoje estão à espera da mais pequena prova da pretendida « rec-

tificação » a que teria procedido o grupo de Tito. Perguntamos : é isto ou não trabalhar para introduzir o grupo de Tito nas fileiras comunistas? É isto ou não rasgar em pedaços a declaração comum de 1960?

6) Em Agosto de 1963, os dirigentes do PCP publicam um informe de Alvaro Cunhal e um comunicado em que renovam e desenvolvem os seus ataques caluniosos contra o Partido Comunista da China, afirmando que « os camaradas chineses consideram que o caminho para o triunfo do socialismo passa necessariamente por uma guerra mundial », « querem ganhar uma posição preponderante no movimento comunista internacional e no movimento nacional de libertação », fazem « oposição sistemática à luta pelo desarmamento », querem « provocar a cisão no movimento comunista », etc. Esta campanha caluniosa em grande escala, seguindo-se aos apelos para que cesse a polémica pública, é ou não uma colaboração directa ao esforço para isolar e excomungar os partidos que se mantêm fieis ao marxismo-leninismo?

7) Nestes mesmos documentos, os dirigentes do PCP, depois de pretenderem que « o revisionismo jugoslavo foi derrotado no plano ideológico » e que se deu « uma evolução positiva nalguns aspectos da orientação da Liga dos Comunistas Jugoslavos », defendem que se estabeleçam « contactos amistosos com os nossos camaradas jugoslavos ». Este estreitamento de relações com a ala avançada do revisionismo moderno ao mesmo tempo que se atacam furiosamente os partidos marxistas-leninistas, o que é senão um novo passo para um alinhamento completo com a corrente revisionista?

8) Ainda nos referidos documentos, os dirigentes do PCP defendem « a realização o mais breve possível duma conferência de todos os partidos comunistas e operários », e defendem ao mesmo tempo « o critério majoritário » nas discussões entre partidos e uma « disciplina obrigatória para todos os partidos ». Desde Agosto do ano passado, Alvaro Cunhal tornou-se um dos mais activos propagandistas dessa Conferência. O que é isto senão colaborar activamente com Krutchov e os dirigentes do PCUS na preparação duma conferência cisionista, com vistas a expulsar os marxistas-leninistas?

9) Nos seus documentos e resoluções, os dirigentes do PCP procuram apresentar os « dogmáticos chineses e albaneses » como opostos ao « conjunto do movimento comunista internacional ». Eles esforçam-se por ocultar aos comunistas portugueses que o revisionismo moderno é abertamente combatido há vários anos, não só pelos partidos comunistas da China e Albânia, mas também pelos partidos comunistas da Coreia, do Viet-Nam, da Indonésia, do Japão, do Laos, da Malásia, da Nova Zelândia, da Birmânia, e é criticado por muitos outros partidos. Lançando acusações de « dogmatismo », « sectarismo », « trotskismo », « belicismo », contra os partidos marxistas-leninistas, os dirigentes do PCP não divulgaram ainda nem uma só das posições destes partidos, procuram impedir o conhecimento pelos militantes do Partido (até nos escalões dirigentes) das publicações do PC da China e de outros partidos. Eles caluniam a formação de novos partidos marxistas-leninistas na Bélgica, Austrália, Brasil, Índia, Ceilão, Peru, como « actividades de grupos de trotskistas, renegados e provocadores ». É isto ou não jogar na campanha revisionista para a cisão do movimento comunista?

Os dirigentes do PCP, e sobretudo Alvaro Cunhal, tornaram-se os representantes do revisionismo moderno em Portugal. A aparente objectividade dos dirigentes do PCP nada mais é do que um

expediente para vencer a resistência dos militantes comunistas portugueses e adormecer a sua vigilância contra a grande campanha revisionista conduzida por Krutchov e pela direcção do PCUS.

## OS REVISIONISTAS ESTÃO PERDIDOS

A crise no seio do movimento comunista evolui aceleradamente para uma cisão aberta. Que fazer? Muitos comunistas portugueses crêem ainda, por falta de informação e de discussão, que se trata duma disputa em que se jogam questões de prestígio entre dois partidos, não se aperceberam ainda que se está a discutir o destino do movimento comunista, a sua linha geral. Para estes camaradas, o perigo de cisão vem da crítica pública, donde quer que ela parta, e por isso eles crêem que a posição mais correcta consiste em não tomar partido. Eles não se apercebem ainda que a cisão nasce do crescimento das tendências revisionistas no seio do movimento revolucionário, resulta da lenta absorção de certos sectores revolucionários pelas classes reaccionárias, que se esforçam incessantemente por corromper o marxismo e o pôr ao seu serviço. A luta entre o proletariado e a burguesia exprime-se pelo aparecimento de sucessivas correntes revisionistas no seio do movimento revolucionário. Este é um ensinamento da história dos últimos 100 anos.

A posição de abstenção destes camaradas serve apenas para deixar as mãos livres ao trabalho de corrupção dos revisionistas. Estudar as posições que se afrontam, comparar os argumentos, procurar assimilar o marxismo-leninismo — é o maior dever actual de todos os militantes comunistas.

Muitos outros camaradas, embora apercebendo-se já da natureza revisionista das teses dos 20º e 22º

Congressos do PCUS, embora apercebendo-se da falsificação e das calúnias em que assenta a propaganda anti-chinesa dos revisionistas modernos, deixam-se atemorizar contudo pela aparente invencibilidade dos revisionistas, receiam vir a ficar isolados, receiam ser também atacados e por isso mantêm-se na expectativa.

Estes camaradas não têm razão no seu receio, que é ainda um reflexo da sua falta de confiança nos princípios marxistas-leninistas e no movimento revolucionário. A realidade é que o revisionismo passou há muito a sua fase ascensional e tem vindo a mergulhar ao longo dos últimos quatro anos numa crise cada vez mais profunda. A sua força e a sua autoridade é toda aparente, está corroida internamente por contradições cada vez maiores.

A corrente revisionista está perdida porque ela trocou o caminho da condução da luta revolucionária de classe do proletariado pelo caminho da conciliação de classes e do abandono da revolução. Ela será inexoravelmente varrida pela marcha do movimento revolucionário, como já foram varridas no passado outras correntes revisionistas.

Os militantes comunistas portugueses devem desmascarar a conferência preparada pelos dirigentes do PCUS e pelos seus seguidores como uma conferência de cisão, eles devem desmascarar os objectivos dos revisionistas. Aqueles que defendem o marxismo-leninismo podem encarar o futuro com tranquilidade porque sabem que estão com a marcha da história.

Que os revisionistas façam a sua conferência e elaborem a sua plataforma! Eles não conseguirão senão apressar a sua derrota final. O movimento revolucionário sairá mais forte e mais unido desta luta.

---

# COMO SURTIU A « PASSAGEM PACÍFICA AO SOCIALISMO »

(Extraído do artigo « A revolução proletária e o revisionismo de Krutchov » pela redacção dos jornais « Diário do Povo » e « Bandeira Vermelha », da República Popular da China.)

« Os camaradas dirigentes do Comité Central do Partido Comunista Chinês criticaram seriamente os pontos de vista errados de Krutchov no decurso de numerosas entrevistas que tiveram em particular, com os dirigentes do Partido Comunista da União Soviética. Nós esperávamos sinceramente que Krutchov iria corrigir os seus erros.

Durante a Conferência de 1957 onde estavam presentes representantes dos Partidos Comunistas e

Operários, a delegação do Partido Comunista Chinês travou uma viva discussão com a delegação do Partido Comunista da União Soviética sobre a questão da passagem do capitalismo ao socialismo. No primeiro projecto de Declaração que foi apresentado, no decurso dos trabalhos preparatórios, o Comité Central do Partido Comunista da União Soviética encarava uma única possibilidade, a da passagem pacífica, e não pronunciava palavra acerca da outra possibilidade, a passagem não pacífica. Evocava unicamente a possibilidade da via parlamentar sem falar de qualquer outra forma de luta; ainda mais: colocava a sua esperança nas acções conjugadas de comunistas e socialistas para a tomada do poder pela via parlamentar. O Comité Central do Partido Comunista Chinês não podia

evidentemente admitir que estes pontos de vista errados, contrários ao marxismo-leninismo, aparecessem no documento-programa de todos os partidos comunistas e operários.

Depois das críticas formuladas pelo Partido Comunista Chinês, o Comité Central do Partido Comunista da União Soviética apresentou um segundo projecto de Declaração. Tinham sido incluídas algumas frases sobre a possibilidade da passagem não-pacífica, mas a formulação da questão da passagem pacífica continuava a exprimir os pontos de vista revisionistas apresentados por Krutchov ao 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética. A delegação do Partido Comunista Chinês manifestou explicitamente o seu desacordo com esta concepção errada e expôs, de forma sistemática, em 10 de Novembro de 1957, ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, o seu ponto de vista sobre a questão da passagem do capitalismo ao socialismo e apresentou-lhe ao mesmo tempo as suas teses por escrito.

Esse documento apresentava os seguintes pontos essenciais :

1º Importa, do ponto de vista tático, exprimir o desejo de realizar a passagem pacífica mas não convém insistir demasiado sobre a possibilidade de tal passagem; é preciso estar pronto, a todo o momento, a enfrentar os ataques contra-revolucionários e, no momento crucial da revolução, quando a classe operária tomar o poder, estar pronto a dominar a burguesia pela força, caso esta utilize a força para reprimir a revolução do povo (em geral, ela nunca deixa de a utilizar).

2º Devemos utilizar plenamente a forma da luta parlamentar, mas esta só tem um efeito limitado, e o mais importante é proceder ao trabalho árduo da acumulação das forças revolucionárias; a passagem pacífica não deve ser interpretada unicamente como uma passagem por maioria parlamentar.

3º O problema essencial é o do aparelho de Estado ou, por outras palavras, o da destruição da antiga máquina de Estado (principalmente das forças armadas), e do estabelecimento da nova máquina de Estado (principalmente das forças armadas).

4º Os partidos socialistas não são autenticamente socialistas. Com excepção de algumas alas esquerdas, eles não são mais que uma variante dos partidos burgueses. Sobre a questão da revolução socialista a nossa posição difere radicalmente da deles. Não devemos atenuar esta linha que nos separa.

São estas as nossas teses — e elas são perfeitamente conformes com o marxismo-leninismo.

Os camaradas da delegação do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética não puderam contestá-las mas insistiram para que tivéssemos em conta as suas necessidades internas e fizeram votos para que se estabelecesse concordância entre a formulação da questão da passagem pacífica contida no projecto da Declaração e a fórmula utilizada pelo 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética.

Tendo considerado que já tínhamos refutado os pontos de vista errados dos dirigentes do Partido Comunista da União Soviética e exposto as nossas teses por escrito, a delegação do Partido Comunista Chinês atendeu o desejo muitas vezes expresso pelos camaradas do Partido Comunista da União Soviética, no interesse da luta comum contra o inimigo, e consentiu em tomar como base o projecto

do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética sobre esta questão, que foi apenas modificado sobre alguns pontos.

Nós esperávamos que, após este debate, os camaradas do Partido Comunista da União Soviética tomassem consciência dos seus erros e os corrigissem. Mas tal não aconteceu.

Na Conferência dos partidos irmãos de 1960 a delegação do Partido Comunista Chinês teve novamente muitas e violentas discussões com a delegação do Partido Comunista da União Soviética sobre esta mesma questão da passagem do capitalismo ao socialismo. Desmascaramos completamente e refutámos as teses revisionistas de Krutchov. No decorrer da Conferência, as duas partes, chinesa e soviética, não puderam chegar a um acordo, tendo cada uma ficado na sua posição. Finalmente, a delegação do Partido Comunista Chinês, considerando o desejo geral dos partidos irmãos de ver aparecer um documento comum como conclusão desta conferência, fez de novo cedências a este respeito, tendo em conta, uma vez mais, as necessidades do Partido Comunista da União Soviética. Demos o nosso acordo para que as passagens em questão da Declaração de 1957 fossem integralmente retomadas na de 1960. Distribuímos ao mesmo tempo, nesta conferência, as teses sobre o problema da passagem pacífica, formuladas em 10 de Novembro de 1957, pelo Partido Comunista Chinês, mas precisamos que era a última vez que tomaríamos em consideração as dificuldades dos dirigentes do Partido Comunista da União Soviética e que nunca mais voltaríamos a fazê-lo.

Se alguns camaradas entenderem que nós errámos em ter feito estas concessões á direcção do Partido Comunista da União Soviética, estamos prontos a aceitar as suas críticas.

A formulação do problema da passagem pacífica tendo tido como base, nas duas Declarações, o projecto do Partido Comunista da União Soviética, e tendo retomado em certos pontos a do 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, apresenta, por estas razões, sérias fraquezas e erros, apesar das emendas que lhe foram feitas. Estes dois documentos, embora indiquem que as classes dominantes não abandonam voluntariamente o poder, pretendem que, em certo número de países capitalistas, a tomada do poder pode efectuar-se sem guerra civil. Embora recomendem um amplo desenvolvimento da luta de massa paralelamente á actividade parlamentar, para conseguir dominar a resistência das forças da reacção, afirmam que é possível obter uma sólida maioria no parlamento e transformar este num instrumento ao serviço do povo trabalhador; e, quando abordam a passagem não-pacífica, não insistem na lei geral que é a revolução violenta. A direcção do Partido Comunista da União Soviética tem explorado precisamente estas fraquezas e estes erros para colocar em primeiro plano o revisionismo de Krutchov.

Consideramos nosso dever declarar solenemente que o Partido Comunista Chinês manteve sempre a sua posição quanto á formulação das Declarações de 1957 e de 1960 sobre a questão da passagem do capitalismo ao socialismo. Nunca fizemos segredo do nosso ponto de vista. Declaramos que, no interesse da revolução proletária mundial, e para evitar que os revisionistas possam explorar estes documentos que têm valor de programa para os partidos irmãos, esta formulação deve ser corrigida de acordo com os princípios revolucionários do marxismo-leninismo depois de consulta a todos os partidos comunistas e operários.

Reproduzimos na íntegra, mais uma vez, em anexo ao presente artigo, as teses sobre o problema da passagem pacífica, apresentadas em 10 de Novembro de 1957 pela delegação do Partido Comunista Chinês ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética para permitir o conhecimento dos pontos de vista do Partido Comunista da União Soviética sobre a questão. (...).

O 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética realizou-se apenas há oito anos. O revisionismo de Krutchov, neste curto espaço de tempo, já causou danos consideráveis e sérios à União Soviética e à causa revolucionária do proletariado internacional.

Já é mais que tempo de o condenar e de o liquidar! Gostaríamos de perguntar aos camaradas dirigentes do Partido Comunista da União Soviética : tantos oportunistas e revisionistas foram já rejeitados pela marcha da história, porque vos obstinais a seguir as suas pisadas?

Fazemos votos também para que os camaradas dirigentes dos partidos irmãos, caídos nos erros do revisionismo, reflitam seriamente naquilo que ganharam ao adoptar a linha revisionista dos dirigentes do PCUS. Sabemos que, exceptuando aqueles que se atolaram profundamente no pântano do revisionismo, grande número de camaradas foram induzidos em erro por ilusão, enganados ou mesmo forçados a seguir este mau caminho. Estamos certos de que todos os verdadeiros revolucionários proletários acabarão por escolher a linha revolucionária e rejeitar a linha de oposição à revolução, que acabarão por escolher o marxismo-leninismo e rejeitar o revisionismo.

O revisionismo é impotente para fazer parar a marcha da história para a revolução. Os dirigentes revisionistas não querem fazer a revolução mas eles não conseguirão impedir os verdadeiros marxistas e os revolucionários de a fazerem. Em « **A revolução proletária e o renegado Kausky** », Lénine escreveu que, depois de Kautsky ter renegado, o marxista alemão Liebknecht só pôde formular por estas palavras o seu apelo à classe operária : « **Rejeitai chefes desta espécie, não deis ouvidos às suas palavras que embruteçam e rebaixam, levantai-vos sem as suas ordens, para além das suas ordens, passai por cima das suas cabeças, para a revolução, pela revolução!** » (Obras, tomo 28).

Quando o revisionismo da 2ª Internacional dominava numerosos partidos europeus, Lénine prestou grande atenção aos pontos de vista do comunista francês Paul Golay.

Paul Golay dizia : « Os nossos adversários anunciaram a falência do socialismo. É o que se chama ir depressa demais. Mas quem ousará afirmar que eles estão inteiramente em erro? Aquilo que neste momento está a morrer não é o socialismo, mas uma variante de socialismo, de salão, sem espírito de ideal e sem paixão, com ares de funcionário cumpridor e de pai de família honesto, um socialismo sem ousadia e sem loucura, apreciador de estatísticas feitas em gabinete, sempre preocupado em realizar acordos de bom entendimento. Com o capitalismo, morre um socialismo unicamente preocupado com reformas e, que, por um prato de lentilhas vendeu o seu direito de progenitura, um socialismo que aparece à burguesia como um moderador das impaciências populares e um **travão automático das audácias proletárias** » (« A voz dum socialista francês honesto, « Obras », tomo 21) Descrição magnífica! Lénine declarava que se tratava da voz dum socialista francês honesto. E

hoje podemos perguntar : não será verdade que o revisionismo moderno pertence, de facto, ao « socialismo morto » deste estilo? Podemos também constatar como é poderosa a voz dos inúmeros comunistas honestos nos partidos dominados pelo revisionismo.

Perto da árvore seca cresce uma floresta vigorosa ; junto ao casco afundado passam milhares de navios. O socialismo de falsificação está morto, enquanto que o socialismo científico está cheio de juventude e de vitalidade e avança a passos largos. O socialismo revolucionário, cheio de vida, vencerá todas as dificuldades e todos os obstáculos, e, de etapa em etapa, chegará à vitória no mundo inteiro.

Terminemos com as palavras de conclusão do « Manifesto do Partido Comunista » : « Os comunistas não se rebaixam a dissimular as suas opiniões e os seus projectos. Proclamam abertamente que os seus fins só podem ser atingidos pelo derrubamento violento de toda a ordem social passada. Que as classes dirigentes tremam diante da ideia de uma revolução comunista. Os proletários não têm nada a perder senão as suas cadeias, e têm um mundo a ganhar.

Proletários de todos os países, uni-vos! »

## TESES SOBRE O PROBLEMA DA PASSAGEM PACÍFICA

(Apresentadas em 10 de Novembro de 1957 pela delegação do Partido Comunista Chinês ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética).

Sobre o problema da transição do capitalismo ao socialismo, é preciso, em vez de falar numa só possibilidade, mostrar as duas possibilidades : a da passagem pacífica e a da passagem não-pacífica ; isso dar-nos-á uma maior liberdade e assegurar-nos-á a todo o momento a iniciativa política.

a) O facto de indicar a possibilidade da passagem pacífica mostra que, sobre a questão do recurso à violência, nós estamos antes de tudo, na defensiva, permitindo esta posição aos partidos comunistas dos países capitalistas evitar os ataques que lhes sejam lançados a este respeito, e trazendo vantagens no plano político : contribuir para ganhar as massas, e isolar a burguesia, tirando-lhe todos os pretextos de ataque.

b) Se, no futuro, nas condições criadas por uma brusca mudança na situação internacional, ou na situação interior de um país determinado, se apresentasse a possibilidade real da passagem pacífica neste país seria recomendável aproveitar a ocasião e ganhar o apoio das massas para resolver a questão do poder de Estado pelos meios pacíficos.

c) No entanto, não devemos cruzar os braços à espera que esta ocasião se apresente. A burguesia não se retira voluntariamente da cena da história, esta é uma lei geral da luta de classes. O proletariado e o Partido Comunista de cada país não devem de modo nenhum abrandar o seu esforço para preparar a revolução. É preciso estar pronto a todo o momento a fazer frente a um ataque contra-revolucionário e, no momento crucial da revolução, quando a classe operária tomar o poder, estar pronto a abater a burguesia pela força no caso de ela utilizar a força para reprimir a revolução do povo (em geral, este recurso à força é inevitável).

d) Na situação actual do movimento comunista internacional, teria vantagem, sob o ponto de vista tático, emitir o voto de realizar a passagem pacífica mas não conviria insistir demasiado nesta possibilidade da passagem pacífica. Eis as razões :

a) A possibilidade e a realidade, o desejo e a realização são duas coisas diferentes. Nós devemos emitir o desejo de realizar a passagem pacífica, mas não devemos situar aí a nossa principal esperança. Não se deve pois insistir demasiado neste aspecto do problema.

b) Se insistíssemos demasiado na possibilidade da passagem pacífica e, sobretudo, na possibilidade de tomar o poder por meio da obtenção de uma maioria parlamentar, isso poderia facilmente arrastar o enfraquecimento da energia revolucionária do proletariado, do povo trabalhador e do partido comunista, e desarmá-los sob o aspecto moral.

c) Não temos conhecimento de um só país onde uma tal possibilidade tenha um significado real. Não conviria, além disso, insistir demasiado nesta possibilidade, mesmo se ela viesse a manifestar-se num determinado país, pois não seria real na imensa maioria dos países. No dia em que esta possibilidade se apresentar efectivamente num dado país, o partido comunista deverá, por um lado, preparar-se a torná-la uma realidade e, por outro, preparar-se a enfrentar a todo o momento um ataque armado da burguesia.

d) A insistência numa tal possibilidade não terá por efeito atenuar o carácter reacccionário da burguesia, nem adormecer a burguesia.

e) Pelo que respeita aos partidos socialistas, não poderá torná-los revolucionários.

f) Não dará também um maior desenvolvimento aos partidos comunistas dos diferentes países. Pelo contrário, se houver partidos comunistas que, por essa via, atenuem o seu carácter revolucionário e se confundam aos olhos das massas com os partidos socialistas, esse facto não acabará senão por enfraquecer os partidos comunistas.

g) A tarefa mais difícil é acumular as forças e preparar-se para a revolução; a luta parlamentar é, no fim de contas, coisa bem mais fácil. Devemos utilizar plenamente a forma de luta parlamentar, mas esta luta só terá um efeito limitado; o mais importante é proceder ao trabalho árduo que representa a acumulação de forças revolucionárias.

h) Conquistar uma maioria parlamentar não significa acabar com a antiga máquina de Estado (principalmente as forças armadas), nem estabelecer uma nova máquina de Estado (principalmente as forças armadas). Se a máquina de Estado militar e burocrática da burguesia não fôr desfeita, ou será impossível ao proletariado e aos seus aliados seguros obter a maioria no parlamento (porque a burguesia poderá, a todo o momento, rever a constituição segundo as necessidades, com vista a consolidar a sua ditadura), ou então esta maioria permanecerá

precária (por exemplo : anular as eleições, pôr o partido comunista fóra da lei, dissolver o Parlamento, etc.).

i) A passagem pacífica ao socialismo não deve ser interpretada unicamente como podendo realizar-se por uma maioria parlamentar. O problema essencial é o do aparelho de Estado. Nos anos de 1870, Marx tinha considerado que seria possível ao socialismo triunfar pacificamente em Inglaterra, porque a Inglaterra « era na época, o Estado que tinha menos militarismo e burocracia ». Durante o período de tempo que se seguiu à revolução de Fevereiro, Lênine tinha esperado, pela realização da palavra de ordem : « Todo o poder aos Soviotes », conduzir a revolução à vitória por um desenvolvimento pacífico, pois nesse momento « as armas estavam nas mãos do povo ». Nem Marx nem Lênine queriam dizer com estas palavras que se realizaria a transição pacífica utilizando o antigo aparelho de Estado. Lênine explicou por várias vezes, a célebre frase de Marx e de Engels : « A classe operária não pode contentar-se em tomar a máquina de Estado tal como ele é, e em pô-la a funcionar sob as suas ordens. »

j) Os partidos socialistas não são partidos que têm por objectivo o socialismo. Eles estão ao serviço da burguesia e do capitalismo, com excepção de uma ínfima minoria constituída pela ala esquerda destes partidos, e são uma variante dos partidos burgueses. Sobre a questão da revolução socialista, a nossa posição é fundamentalmente diferente da dos partidos socialistas. Não devemos atenuar esta linha de demarcação. Os chefes destes partidos socialistas aproveitar-se-iam disso para enganar as massas e nós ficaríamos em desvantagem no nosso trabalho de ganhar as massas que estão sob a influência dos partidos socialistas. No entanto, está fóra de dúvida que o fortalecimento do trabalho junto dos partidos socialistas e a luta pelo estabelecimento de uma frente unida com a ala esquerda e os elementos centristas destes partidos são muito importantes.

k) Eis a nossa posição sobre este problema : temos, na verdade, uma opinião diferente, e diversas considerações nos impediram de exprimir a nossa opinião a este respeito, junto do 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Agora que vai ser publicada uma declaração comum, vemo-nos na obrigação de expor o nosso ponto de vista. Mas este facto não impede que encontremos uma linguagem comum que figure no projecto de declaração. Para demonstrar que, sobre este problema, o projecto de declaração estava em relação com a formulação do 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, consentimos em tomar como base o projecto submetido hoje pelo Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, propondo,

---

---

## **" ESTUDO DO MARXISMO "**

(Trechos marxistas Leninistas editados pelo Comité Marxista-Leninista Português).

Cadernos já publicados :

1. Lénine sobre a Insurreição
  2. Lénine sobre a revolução socialista
  3. A passagem pacífica ao socialismo (Lénine)
  4. O exército popular e a revolução no Vietname, pelo general Giáp
  5. Paz ou violência ? (traduzido da revista " Estudos " do Partido dos Trabalhadores de Vietname)
  6. Notas sobre o movimento revolucionário dos estudantes chineses
  7. Quem dirige o movimento revolucionário ? por Pompeyo Marquez, secretário-geral do P.C. da Venezuela
  8. A guerra de guerrilhas, de Lénine.
- 
-